

Notas explicativas

Rede Energia Participações S/A Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Rede Energia Participações S/A (“Rede Energia” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objetivo social principal é a participação no capital de outras empresas.

Atividades:

Distribuição de energia elétrica

A Rede Energia possui o direito de explorar diretamente as concessões de distribuição, sendo seus principais contratos:

Controladas	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	Presidente Prudente (SP)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”)	Palmas (TO)	01/01/2020	31/12/2049
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia (“EMT”) ⁽¹⁾	Cuiabá (MT)	11/12/1997	11/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	Campo Grande (MS)	04/12/1997	04/12/2027

⁽¹⁾ A controlada EMT operava a Usina Termelétrica Guariba, localizada no município de Colniza, com capacidade instalada e utilizada de 2,45 MW, tendo entrado em operação em 11 de junho de 2007. Em 28 de agosto de 2022 a UTE Guariba foi desligada e o sistema que a mesma supria foi interligado ao Sistema Interligado Nacional - SIN, encerrando o atendimento por meio de sistema isolado na área de concessão da EMT

As distribuidoras controladas ESS, EMT e EMS são sociedades anônimas de capital aberto enquanto a controlada ETO é uma empresa de capital fechado. Especificamente a controlada EMT, por ser da categoria A da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, possui suas ações negociadas na bolsa de valores - B3. O objetivo principal destas distribuidoras é operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em suas áreas de atuação.

As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção estão apresentadas nas notas explicativas nº 09, 10, 14, 16 e 29, respectivamente.

Serviços

A sua controlada Multi Energisa Serviços S/A (“Multi Energisa”), tem como natureza a prestação de serviços de construção, operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.

Comercialização de energia elétrica

A controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”) operou na comercialização de energia elétrica até 27 de novembro de 2012, quando teve sua autorização revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, de 20 de novembro de 2012, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Recuperação judicial

Em 26 de novembro de 2012 a Rede Energia Participações S/A (“REDE”) publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de

Eletricidade Vale Paranapanema S/A. (“EEVP”) - incorporada posteriormente pela Denerge em 22 de novembro de 2019, e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A (“Denerge”).

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período adequado. Alguns credores apresentaram embargos de declaração contra a decisão, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação. Na sequência, um dos credores interpôs apelação contra a decisão de encerramento. Apesar do recurso, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais. Em julgamento realizado no dia 29 de julho de 2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à Apelação, mantendo a sentença de encerramento. O credor interpôs Recurso Especial, o qual não foi admitido em exame de admissibilidade realizado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Foi interposto agravo em recurso especial pelo credor, o qual foi julgado prejudicado por perda do objeto em decisão proferida no dia 07 de fevereiro de 2022, sendo que contra essa decisão o credor não interpôs novo recurso. A Recuperação Judicial foi arquivada definitivamente.

A posição em 31 de dezembro de 2022 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial totaliza em R\$391.591 (R\$343.801 em 2021), dos quais R\$227.426 (R\$198.602 em 2021) refere-se a empréstimos, R\$82.016 (R\$74.158 em 2021) a debêntures e R\$82.149 (R\$71.041 em 2021) a outras contas a pagar, são como segue:

Descrição	Rede Energia	CTCE	Total
Saldos em 2020	236.031	80.407	316.438
(+) Atualização ⁽¹⁾	4.457	961	5.418
Reversão de provisão ajuste a valor presente ^{(1) e (2)}	31.395	(4.033)	27.362
(-) Liquidação / Cessão de Créditos	(4.456)	(961)	(5.417)
Saldos em 2021	267.427	76.374	343.801
(+) Atualização ⁽¹⁾	11.413	3.485	14.898
Reversão de provisão ajuste a valor presente ^{(1) e (2)}	29.182	9.126	38.308
(-) Liquidação / Cessão de Créditos	(4.455)	(961)	(5.416)
Saldos em 2022	303.567	88.024	391.591

⁽¹⁾ Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do exercício na controladora e consolidado.

⁽²⁾ Ajuste a Valor Presente: refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e pela controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia e sua controlada consideram como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado econômico-financeira no cenário da transação. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2023.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 34.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 7 - Clientes, consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- II. Nota explicativa nº 10 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
- III. Nota explicativa nº 13 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- IV. Nota explicativa nº 14 - Ativo financeiro indenizável da concessão;
- V. Nota explicativa nº 17 - Imobilizado;
- VI. Nota explicativa nº 18 - Intangível;
- VII. Nota explicativa nº 26 - Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal e regulatório;
- VIII. Nota explicativa nº 30 - Custos e despesas operacionais - consolidado;
- IX. Nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- X. Nota explicativa nº 35 - Benefícios-pós emprego.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1. Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros e operações de hedge

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e as controladas se comprometeram a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia e suas controladas avaliam ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e das controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - nota explicativa nº 2.3;
- Clientes, consumidores e concessionárias - nota explicativa nº 7; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - nota explicativa nº 34.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de créditos esperadas são provisionadas para perdas de créditos resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de créditos para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de créditos esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias e ativos de contrato, a Companhia e controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de créditos esperadas. Portanto, a Companhia e suas controladas não acompanham as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de créditos, como métrica para a mensuração das perdas esperadas, condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia e controladas para cálculo final das perdas esperadas.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivos financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em "Swap", que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de "hedge" de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da operação de "hedge", a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia e suas controladas documentam se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 34, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge".

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.

- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como despesas financeiras.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- c. **Clientes, consumidores e concessionárias** - inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

- d. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- e. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber das controladas sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;
- f. **Contrato de concessão de distribuição** - corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e as controladas, que estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com cliente para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica.

- **Distribuição de energia elétrica:**

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para as controladas do segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

As controladas, distribuidoras de energia elétrica contabilizam a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 14.

- g. Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos aos consumidores. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão;
- h. Investimentos** - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável;
- i. Combinação de negócios** - são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificar e alocar de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera

sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificados como: (i) intangível (*goodwill*) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. O *goodwill* referente a entidades sob o regime de concessão e/ou autorização de exploração econômica por prazo determinado, são amortizados no prazo de exploração;

- j. Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- k. Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas que são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O direito de uso de concessão alcança aos montantes pagos nas aquisições do controle acionário das controladas distribuidoras de energia elétrica. A amortização está sendo realizada pelo prazo de concessão das controladas EMT, EMS, ETO e ESS, conforme citado nas notas explicativas nº 1 e nº 18. Bem como, o valor justo dos ativos líquidos (empresas adquiridas em 11 de abril de 2014) tem a sua amortização realizada com base no prazo de vida útil do bem, limitado ao prazo de concessão;

- l. Arrendamentos** - os contratos são avaliados, em sua data de início se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- **Ativos de direito de uso** - os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de amortização acumulada

e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- **Passivo de arrendamento** - os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

m. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

n. Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia e de suas controladas, revisam o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ágio** - teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

. **Ativos intangíveis** - os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso** - as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

i. **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia e suas controladas neste mercado;

- ii. **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e de suas controladas, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- iii. **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia e das controladas, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e das controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2022 e 2021, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- o. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- p. **Derivativos** - a Companhia e as controladas detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras (controladas) e de taxa de juros (Companhia e controladas). Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas na demonstração de resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 34.
- q. **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago às autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado do exercício a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil por ano. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros.

A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas avaliam se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia e suas controladas. Em 2022, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia e suas controladas.

- r. **Incentivos fiscais SUDAM e de reinvestimentos** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas nas regiões Norte e Centro Oeste, são reconhecidos no resultado do exercício e destinados à Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda, na qual são mantidos até sua capitalização;

- s. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- t. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- u. **Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- v. **Receita operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

Receita do segmento de distribuição:

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receitas de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde as receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida, não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) são recebidas pela Companhia de outras concessionárias e de consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição, contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativas da Administração. A receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outros itens é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

Demais receitas:

A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pelas controladas. São registradas no resultado dos exercícios nos quais as controladas reconhecem como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários. As subvenções recebidas via aporte

da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras.

A receita referente à prestação de serviços é registrada quando a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- a) O cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
 - b) O desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; e
 - c) O desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.
- w. **Benefícios pós-emprego** - as controladas oferecem aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médica-hospitalar e outros benefícios pós-empregos. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de Benefício Definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações das controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de Benefício Definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de Contribuição Definida, no qual as controladas que são patrocinadoras pagam contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

As controladas participam do custeio dos planos de assistência médica-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido;

- x. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e
- y. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 3	Referência à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022
IAS 37	Contrato oneroso	1º de janeiro de 2022
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	1º de janeiro de 2022
IAS 2 CPC 16	Estoque	1º de janeiro de 2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29	1º de janeiro de 2022

A Companhia e suas controladas também avaliaram os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

3.3. Reapresentação de exercícios anteriores

A Administração da Companhia procedeu a correção de determinados valores, com efeitos retroativos, que resultou na reapresentação dos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2021 e 01 de janeiro de 2021, e das demonstrações da mutação do patrimônio líquido, do resultado, do resultado abrangente, do valor adicionado e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, originalmente emitidas em 16 de março de 2022, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, conforme segue:

- correção do cálculo na apuração dos valores contábeis do fornecimento de energia não faturado realizado por suas controladas distribuidoras de energia elétrica; e
- apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os efeitos do assunto (a) acima.

Balanço patrimonial	Controladora					
	Divulgado 2021	Ajustes	Reapresentado 2021	Divulgado 2020	Ajustes	01/01/2021 (reapresentado)
Ativo						
Ativo circulante	224.341	-	224.341	686.358	-	686.358
Investimento (a) e (b)	4.480.666	(285.248)	4.195.418	4.483.844	(133.581)	4.350.263
Ativo não circulante	4.539.685	(285.248)	4.254.437	4.537.383	(133.581)	4.403.802
Ativo Total	4.764.026	(285.248)	4.478.778	5.223.741	(133.581)	5.090.160
Passivo						
Passivo circulante	6.119	-	6.119	24.343	-	24.343

Passivo não circulante	1.041.226	-	1.041.226	1.002.866	-	1.002.866
Prejuízos acumulados (a) e (b)	-	(285.248)	(285.248)	-	(133.581)	(133.581)
Patrimônio Líquido	3.716.681	(285.248)	3.431.433	4.196.532	(133.581)	4.062.951

Consolidado						
Balço patrimonial	Divulgado 2021	Ajustes	Reapresentado 2021	Divulgado 2020	Ajustes	01/01/2021 (reapresentado)
Ativo						
Consumidores e concessionárias (a)	3.199.246	(556.106)	2.643.140	2.584.646	(260.019)	2.324.627
Tributos a recuperar (b)	576.463	109.641	686.104	331.803	51.456	383.259
Ativo circulante	7.308.224	(446.465)	6.861.759	7.845.423	(208.563)	7.636.860
Ativo Total	24.641.840	(446.465)	24.195.375	21.653.387	(208.563)	21.444.824
Passivo						
Impostos e contribuições sociais (b)	491.013	(51.440)	439.573	441.996	(24.052)	417.944
Encargos setoriais (a)	200.529	(3.037)	197.492	129.853	(1.356)	128.497
Passivo circulante	5.374.222	(54.477)	5.319.745	5.292.015	(25.408)	5.266.607
Encargos setoriais (a)	70.437	(1.961)	68.476	132.787	(981)	131.806
Passivo não circulante	13.978.219	(1.961)	13.976.258	10.630.012	(981)	10.629.031
Prejuízos acumulados (a) e (b)	-	(285.248)	(285.248)	-	(133.581)	(133.581)
Participação dos Acionistas não controladores (a) e (b)	1.572.718	(104.779)	1.467.939	1.534.828	(48.593)	1.486.235
Patrimônio Líquido (a) e (b)	5.289.399	(390.027)	4.899.372	5.731.360	(182.174)	5.549.186
Passivo Total	24.641.840	(446.465)	24.195.375	21.653.387	(208.563)	21.444.824

Controladora			
Demonstração do Resultado do Exercício	Divulgado 2021	Ajustes	Reapresentado 2021
Lucro bruto (a) e (b)			
Equivalência patrimonial (a) e (b)	1.547.702	(151.667)	1.396.035
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos	1.545.470	(151.667)	1.393.803
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.511.237	(151.667)	1.359.570
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	1.518.709	(151.667)	1.367.042
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - operações continuadas	0,72	(0,07)	0,65

Consolidado			
Demonstração do Resultado do Exercício	Divulgado 2021	Ajustes	Reapresentado 2021
Receita operacional líquida (a) e (b)	15.610.686	(266.038)	15.344.648
Lucro bruto (a) e (b)	3.963.374	(266.038)	3.697.336
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos (a) e (b)	3.183.602	(266.038)	2.917.564
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.641.257	(266.038)	2.375.219
Imposto de renda e contribuição social corrente (b)	(452.880)	58.185	(394.695)
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	2.039.722	(207.853)	1.831.869
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - operações continuadas	0,72	(0,07)	0,65

Controladora			
Demonstração do Resultado Abrangente	Divulgado 2021	Ajustes	Reapresentado 2021
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	1.518.709	(151.667)	1.367.042
Total de outros resultados abrangentes do exercício	1.579.974	(151.667)	1.428.307

Consolidado			
Demonstração do Resultado Abrangente	Divulgado 2021	Ajustes	Reapresentado 2021
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	2.039.722	(207.853)	1.831.869
Total de outros resultados abrangentes do exercício	2.117.071	(207.853)	1.909.218

Controladora			
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Divulgado 2021	Ajustes	Reapresentado 2021
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021 (a) e (b)	4.196.532	(133.581)	4.062.951
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	1.518.709	(151.667)	1.367.042
Total do patrimônio líquido (a) e (b)	3.716.681	(285.248)	3.431.433

Consolidado			
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Divulgado 2021	Ajustes	Reapresentado 2021
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021 (a) e (b)	5.731.360	(182.174)	5.549.186
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	2.039.722	(207.853)	1.831.869
Total do patrimônio líquido (a) e (b)	5.289.399	(390.027)	4.899.372

Controladora			
Demonstração do Valor Adicionado	Divulgado 2021	Ajustes	Reapresentado 2021
Valor adicionado recebido em transferência			-
Equivalência patrimonial (a) e (b)	1.547.702	(151.667)	1.396.035
Valor adicionado total a distribuir	1.566.149	(151.667)	1.414.482
Distribuição do valor adicionado:	-		-
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízos acumulados (a) e (b)	-	(151.667)	(151.667)

Consolidado			
Demonstração do Valor Adicionado	Divulgado 2021	Ajustes	Reapresentado 2021
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços (a)	21.085.046	(296.088)	20.788.958
Valor adicionado bruto	10.608.052	(296.088)	10.311.964
Valor adicionado líquido	9.972.718	(296.088)	9.676.630
Valor adicionado total a distribuir	10.931.280	(296.088)	10.635.192
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais (b)	3.794.973	(85.574)	1.467.805
Obrigações intrassetoriais (a)	1.466.287	(2.661)	1.463.626
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízos acumulados (a) e (b)	-	(151.667)	(151.667)
Participação dos acionistas não controladores nos lucros (a) e (b)	521.013	(56.186)	464.827

Controladora			
Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgado 2021	Ajustes	Reapresentado 2021
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	1.518.709	(151.667)	1.367.042
Resultado de equivalência patrimonial (a) e (b)	(1.547.702)	151.667	(1.396.035)

Controladora			
Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgado 2021	Ajustes	Reapresentado 2021
Lucro líquido do exercício (a) e (b)	2.039.722	(207.853)	1.831.869
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (b)	601.535	(58.185)	543.350
(Aumento) de clientes, consumidores e concessionárias (a)	(924.257)	296.087	(628.170)
Aumento de impostos e contribuições sociais (b)	248.405	(27.388)	221.017
(Diminuição) Aumento de outras contas a pagar (a)	15.380	(2.661)	12.719

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem a companhia Rede Energia e suas controladas. O controle é obtido quando a Rede Energia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, a Rede Energia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Rede Energia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a mesma deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Rede Energia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Rede Energia e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		2022	2021
Controladas diretas			
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A.	Distribuição de energia	76,67	76,67
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	Distribuição de energia	57,68	57,68
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	Distribuição de energia	64,01	64,01
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A ⁽¹⁾	Distribuição de energia	99,25	99,25
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	Comercializadora Energia	99,98	99,98
Rede Power do Brasil S/A ⁽²⁾	Holding	100,00	99,99
QMRA Participações S/A	Holding	100,00	100,00
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	99,9	99,90
Controlada indireta			
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A ^{(1) e (2)}	Distribuição de energia	35,92	35,92

⁽¹⁾ Companhia aberta; e

⁽²⁾ A Rede Power é controlada pela Rede Energia e possui 35,92% de participação na controlada EMS.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das companhias consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as companhias.

5. Informações por segmento - consolidado

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição de energia elétrica, e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	2022		
	Distribuição	Serviços	Total
Receitas Externas	15.107.337	12.432	15.119.769
Receitas Intersegmentos	9.859	33.832	43.691
Total	15.117.196	46.264	15.163.460
Receitas Financeiras	719.266	46.722	765.988
Despesas Financeiras	(1.602.860)	(86.806)	(1.689.666)
Total	(883.594)	(40.084)	(923.678)
Amortização e depreciação	(687.330)	(1.143)	(688.473)
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	2.557.165	(29.303)	2.527.862

	2021 (reapresentado)		
	Distribuição	Serviços	Total
Receitas Externas	15.333.432	11.216	15.344.648
Receitas Intersegmentos	8.686	33.105	41.791
Total	15.342.118	44.321	15.386.439
Receitas Financeiras	891.197	22.807	914.004
Despesas Financeiras	(1.405.165)	(51.184)	(1.456.349)
Total	(513.968)	(28.377)	(542.345)

Amortização e depreciação	(633.609)	(1.725)	(635.334)
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	2.393.503	(18.284)	2.375.219

	Distribuição	Serviços	2022	2021 (reapresentado)
Ativos dos segmentos	24.798.432	517.585	25.316.017	24.204.849
Ativo circulante	6.447.720	450.182	6.897.902	6.824.731
Ativo não circulante	18.350.712	67.403	18.418.115	17.380.118
Passivos dos segmentos	18.648.785	1.155.216	19.804.001	19.305.477
Passivo circulante	5.272.704	21.348	5.294.052	5.328.833
Passivo não circulante	13.376.081	1.133.868	14.509.949	13.976.644

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	2022	2021 (reapresentado)
Receita		
Receita líquida total de segmentos	15.163.460	15.386.439
Eliminação de receitas intersegmentos	(43.691)	(41.791)
Receita líquida consolidada	15.119.769	15.344.648
Amortização e depreciação		
Amortização e depreciação total de segmentos	(688.473)	(635.334)
Depreciação e amortização consolidada	(688.473)	(635.334)
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos	765.988	914.030
Eliminação de receitas intersegmentos	(52)	(26)
Receita financeira consolidada	765.936	914.004
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos	(1.689.666)	(1.456.375)
Eliminação de despesa intersegmentos	52	26
Despesa financeira consolidada	(1.689.614)	(1.456.349)
Lucros		
Totais de lucros dos segmentos	2.527.862	2.375.219
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.527.862	2.375.219

	2022	2021 (reapresentado)
Ativo		
Ativo total dos segmentos divulgáveis	25.313.017	24.204.849
Outros valores não alocados	(59.963)	(9.474)
Total Ativo consolidado	25.256.054	24.195.375
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	19.804.001	19.305.477
Outros valores não alocados	(59.963)	(9.474)
Total passivo consolidado	19.744.038	19.296.003

6. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

6.1. Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira na controladora em 2021 foi de 100,5% do CDI e no consolidado, em 31 de dezembro de 2022, equivale a 92,8% do CDI (85,7% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	932	909	175.701	133.783
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	7.274	3.359	10.771
Operações compromissadas	-	-	164.438	131.218
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante ⁽¹⁾	932	8.183	343.498	275.772

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

6.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: Certificados de Créditos Bancários (CCBs), fundos de renda fixa, NTN-B, dentre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de dezembro de 2022 equivale a 100,8% do CDI (117,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021) na controladora e 101,4% do CDI (123,1% do CDI em 31 de dezembro de 2021) no consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	8.201	40.386
Fundos de Investimento ⁽¹⁾	32	29	97.134	17.863
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽²⁾				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	954	-	10.260
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	2.231	108	21.118	618
Compromissadas	8.331	-	33.410	-
Fundo Multimercado	19.866	2.845	59.096	9.680
Fundo de Renda Fixa	194.833	52.344	1.122.265	328.834
Letra financeira do tesouro (LFT)	10.625	74.177	65.236	302.465
Letra financeira (LFNP)	2.069	-	6.458	-
Letra financeira (LF)	37.131	27.751	143.573	114.545
Letra financeira (LFP)	-	342	-	1.165
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	2.164	5.388	6.167	18.332
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	31.436	39.815	98.731	233.039
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	3.007	2.829	8.569	9.628
Fundo de investimento em direitos creditórios ⁽³⁾	-	-	65.339	88.575
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁴⁾	311.725	206.582	1.735.297	1.175.390
Circulante	311.725	206.582	1.669.958	1.086.815
Não circulante	-	-	65.339	88.575

(1) Fundos de Investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -31,14% a 112,1% (94,5% a 170,5% em 31 de dezembro de 2021) e média ponderada 64,5% (98,0% em 31 de dezembro de 2021) do CDI.

(2) Fundo de investimentos exclusivos (fundos de investimentos exclusivos do Grupo Energisa) - inclui aplicações em CDB, CCB, Fundos de Renda Fixa, Compromissadas, Fundo Multimercado, LFT, LFNP, LF, LFP, LTN, NTNF e NTN-B são remuneradas 108,1% do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 102,9% do CDI Fundo BB Energisa, 101,2% (138,0% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 102,6% (117,3% em 31 de dezembro de 2021), do CDI Fundo Zona da Mata, 98,1% (127,8% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo Cataguases e (107,0% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo FI Energisa.

(3) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados IV Energisa Centro Oeste - FIDC com vencimento em 01 de outubro de 2034.

(4) Inclui na controladora R\$32 (R\$29 em 2021) e no consolidado, R\$173.385 (R\$146.849 em 2021) referente a recursos vinculados, conforme segue:

Recursos vinculados	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Bloqueio judicial credores	32	29	2.732	2.483
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	-	-	65.339	88.575
Programa Luz para todos	-	-	82.014	54.569
Outros	-	-	1.618	1.222
Total	32	29	151.703	146.849

7. Clientes, consumidores e concessionárias - consolidado

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data do encerramento da última leitura e a data das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽⁵⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2022	2021 (reapresentado)
Valores correntes:									
Residencial	326.377	-	325.767	54.330	9.237	21.488	(94.765)	642.434	682.647
Industrial	85.348	-	31.028	3.483	5.124	35.528	(35.577)	124.934	127.550
Comercial	149.950	-	69.202	10.159	9.189	33.726	(43.830)	228.396	264.037
Rural	98.467	-	48.244	13.342	17.606	12.326	(12.617)	177.368	197.868
Poder público	71.871	-	8.816	721	752	6.572	(6.742)	81.990	83.110
Iluminação pública	40.879	-	2.169	233	571	2.715	(3.056)	43.511	59.246
Serviço público	35.380	-	7.981	4.462	8.201	65.178	(75.628)	45.574	41.352
Fornecimento não faturado	939.258	-	-	-	-	-	(2.160)	937.098	837.284
Arrecadação Processo Classificação	9.096	-	-	-	-	-	-	9.096	20.552
Valores renegociados:									
Residencial	27.525	67.798	24.817	15.481	14.793	69.342	(134.170)	85.586	149.958
Industrial	6.576	17.651	2.313	1.188	2.172	10.141	(20.239)	19.802	15.897
Comercial	9.242	85.477	6.029	3.481	4.473	23.522	(49.127)	83.097	78.885
Rural	5.253	17.860	3.523	1.971	2.490	5.645	(21.073)	15.669	20.057
Poder público ⁽¹⁾	10.123	102.484	460	-	-	1.239	(1.239)	113.067	117.831
Iluminação pública	2.951	13.698	242	15	-	80	(95)	16.891	12.254
Serviço público	171	832	301	310	98	3.504	(4.201)	1.015	1.318
(-) Ajuste valor presente ⁽²⁾	(1.388)	(71.177)	-	-	-	-	-	(72.565)	(62.275)
Subtotal - consumidores	1.817.079	234.623	530.892	109.176	74.706	291.006	(504.519)	2.552.963	2.647.571
Suprimento Energia ⁽³⁾	38.838	-	-	-	-	19.738	-	58.576	128.449
Outros ⁽⁴⁾	40.774	-	-	-	-	993.640	(100.857)	933.557	683.640
Total	1.896.691	234.623	530.892	109.176	74.706	1.304.384	(605.376)	3.545.096	3.459.660
Circulante								2.475.833	2.643.140
Não Circulante								1.069.263	816.520

(1) **Poder Público:** a controlada EMT realizou renegociação em 03 de agosto de 2016 em que assinou com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, líquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão da SANECAP (abril/2042). Em 31 de dezembro de 2022 o valor a receber referente a esse crédito monta em R\$82.329 (R\$85.349 em 2021).

(2) **Ajuste a Valor Presente:** calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado taxa de mercado.

(3) **Suprimento de energia - moeda nacional:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Composição dos saldos da CCEE	2022	2021
Créditos a vencer	38.838	107.422
Créditos vinculados a liminares ^(a)	19.738	21.027
Subtotal créditos CCEE	58.576	128.449
(-) Aquisições de energia na CCEE	(52.234)	(92.629)
(-) Encargos de serviços do sistema ^(b)	(1.187)	(356.181)
Total débitos CCEE	5.155	(320.361)

(a) Os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. As controladas EMS, ETO e ESS não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(b) Vide nota explicativa nº 19.

(4) **Outros:** inclui serviços taxados, ICMS originado de geração distribuída e outros valores a receber de consumidores, destaca-se entre eles:

ICMS incidente sobre a TUSD: as controladas EMT, EMS, ESS e ETO possuem R\$754.063 (R\$555.217 em 2021) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, incidentes sobre a demanda de energia, suspenso por liminares e em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais (nota explicativa nº 22) no passivo não circulante no consolidado. Inclui, também, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.

Controladas	ICMS - TUSD
Energisa Mato Grosso	565.782
Energisa Tocantins	116.969
Energisa Sul Sudeste	42.977
Energisa Mato Grosso do Sul	28.335
TOTAL	754.063

ICMS Demanda - Controlada EMT: inclui R\$81.191 de ICMS incidente sobre a demanda de energia decorrentes de autuações do Estado sob o argumento de que a controlada cumpriu de forma equivocada as decisões que eximiu alguns clientes de recolher o ICMS. Em 23 de setembro de 2021 a controlada firmou o Termo de Acordo Extrajudicial -TAE com o Estado, resultando no pagamento, a vista, do débito integral com a adesão ao REFIS. A controlada irá ingressar com medidas administrativas e judiciais para a recuperação dos valores pagos, para regresso contra os consumidores que efetivamente se beneficiaram das decisões judiciais pelo não recolhimento do ICMS. A Administração da controlada tem constituído provisão de perdas esperadas de R\$81.191 em face de que a realização do ativo se dará por eventos futuros incertos não totalmente sob controle da controlada.

ICMS Geração Distribuída - Controlada EMT: parcela do ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição, utilizados pelos consumidores de geração distribuída (GD) no valor de R\$101.809 e uma provisão de perda esperada estimada em R\$2.192. A realização do ativo se dará pela cobrança dos valores a serem efetuados junto aos consumidores, por meio das faturas de energia elétrica.;

(5) **Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPCELD):** a provisão foi constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020	577.628	653.314
Provisões liquidas constituídas no exercício	232.973	50.570
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(195.192)	(126.256)
Saldo em 2022 e 2021	615.409	577.628
Alocação:		
Clientes, consumidores e concessionárias	605.376	562.197
Títulos de créditos a receber	3.687	3.687
Outros créditos - outros (vide nota explicativa nº 11)	6.346	11.744
	615.409	577.628

8. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021 (reapresentado)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	248.098	183.799
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	19.586	21.000	356.279	316.466
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL	109	560	108.025	93.846
Contribuições ao PIS e a COFINS	-	-	84.226	115.077
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS ⁽¹⁾	-	-	2.131.848	2.397.077
Outros	1.518	5.908	30.483	39.053
Total	21.213	27.468	2.958.959	3.145.318
Circulante	8.268	4.473	1.231.646	686.104
Não circulante	12.945	22.995	1.727.313	2.459.214

⁽¹⁾ Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS; a composição do saldo segue conforme tabela abaixo:

Controladas	2022	2021
Ações judiciais com trânsito em julgado:		
ETO	152.631	219.315
EMT	1.148.819	1.254.231
ESS	371.500	-
EMS	458.898	-
Subtotal	2.131.848	1.473.546
Ações judiciais não transitada em julgado:		
ESS	-	392.033
EMS	-	531.498
Subtotal	-	923.531
Total	2.131.848	2.397.077

As controladas de distribuição de energia elétrica possuem créditos de PIS e COFINS a recuperar em 31 de dezembro de 2022 de R\$2.131.848 (R\$2.397.077 em 2021), referente a exclusão do ICMS na base de cálculo daquelas contribuições, referentes ações judiciais com trânsito ou não em julgado.

Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais o que proporcionou o reconhecimento contábil no consolidado de créditos e de obrigações em contrapartida a demonstração do resultado do exercício no consolidado. Os respectivos valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$202.025 (R\$486.383 em 2021), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício no consolidado.

As controladas ETO, EMT, EMS e ESS tiveram seus créditos habilitados pela RFB e as compensações realizadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizando R\$467.254 (R\$86.617 em 2021).

9. Reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos - consolidado

9.1. Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 3.012, de 05 de julho de 2022	11,52%	12/07/2022
ETO	Resolução 3.054, de 28 de junho de 2022	14,78%	04/07/2022
EMS	Resolução 3.021, de 12 de abril de 2022	18,16%	16/04/2022
EMT	Resolução 3.022, de 12 de abril de 2022	22,55%	16/04/2022

9.2. Revisões tarifárias:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: a cada cinco anos na ETO, EMT, EMS e ESS.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.893, de 06 de julho de 2021	9,84%	12/07/2021
EMS	Resolução 2.380, de 03 de abril de 2018	9,87%	08/04/2018
EMT	Resolução 2.379, de 03 de abril de 2018	11,53%	08/04/2018
ETO	Resolução 2.720, de 03 de julho de 2020	7,17%	04/04/2020

Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Revisões Tarifárias Extraordinárias - controladas EMT e EMS

Em 26 de julho de 2022 a ANEEL, aprovou as Revisões Tarifárias Extraordinárias (RTE's) das controladas distribuidoras de energia elétrica EMT e EMS em conformidade com o disposto na Lei n° 14.385 de 27 de junho 2022, que trata da devolução, aos consumidores, de créditos fiscais associados ao excesso de tributo decorrente da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS.

Essas revisões tarifárias extraordinárias utilizam créditos tributários de PIS/Confins. A devolução é possível devido à decisão judicial favorável obtida pelas controladas para reduzir a base de cálculo das contribuições. Essas ações já foram julgadas e os créditos tributários foram habilitados pela Receita Federal do Brasil - RFB, o que dá segurança jurídica para sua aplicação. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 27 de julho de 2022.

No Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2022, das controladas EMT e EMS já havia sido antecipado parte do valor, mesmo sem a habilitação do crédito junto à RFB. Assim, nessas RTE's foram considerados os valores referentes aos próximos 09 meses até processo tarifário em abril de 2023, com os seguintes impactos na tarifa:

Distribuidoras	Resoluções Homologatórias	Notas Técnicas	Efeito Médio RTE's	Alta Tensão (AT)	Baixa Tensão (BT)
EMT	3.075	137	-1,38%	-1,33%	-1,40%
EMS	3.074	138	-1,30%	-1,27%	-1,31%

Créditos de Pis/Cofins nas RTA's e RTE's

Distribuidoras	Resoluções Homologatórias	Notas Técnicas	Créditos de Pis/Cofins (RTA's)	Créditos de Pis/Cofins (RTE's)	Total
EMT	3.075	137	230.000	89.110	319.110
EMS	3.074	138	101.000	50.740	151.740

9.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e
- Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/Kwh	R\$/Kwh (2) REH 2.888/2021 ⁽¹⁾	R\$/Kwh Resolução nº 3/2021 ⁽²⁾	Atual R\$/Kwh Resolução nº 3.051/2022 ⁽³⁾
Verde	-	-	-	-
Amarela	1,34	1,87	-	2,99
Vermelha 1	4,17	3,97	-	6,5
Vermelha 2	6,24	9,49	-	9,80
Escassez hídrica	-	-	14,20	-

⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 29 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021, até 30 de junho de 2022.

⁽²⁾ A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, em 31 de agosto de 2021, por meio da Resolução nº 3, a implementação da Bandeira de Escassez Hídrica novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de abril de 2022;

⁽³⁾ A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.051, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2022	2021
Janeiro	Escassez hídrica	Amarela
Fevereiro	Escassez hídrica	Amarela
Março	Escassez hídrica	Amarela
Abril	Escassez Hídrica/Verde	Amarela
Mai	Verde	Vermelha Patamar 1
Junho	Verde	Vermelha Patamar 1
Julho	Verde	Vermelha Patamar 2
Agosto	Verde	Vermelha Patamar 2
Setembro	Verde	Escassez Hídrica
Outubro	Verde	Escassez Hídrica
Novembro	Verde	Escassez Hídrica
Dezembro	Verde	Escassez Hídrica

Bandeira Escassez Hídrica:

A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, através da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, determinou a ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominada Bandeira de Escassez Hídrica, nos termos do Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, no valor de R\$142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), que passa a vigorar no período de setembro de 2021 a abril de 2022.

A Bandeira Escassez Hídrica não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, os quais devem permanecer na sistemática das Bandeiras Tarifárias, conforme os valores aprovados na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.888, de 29 de junho de 2021.

A aplicação da Bandeira de Escassez Hídrica foi finalizada em 16 de abril de 2022, conforme posição do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), por meio do Ofício Circular nº 6/2022-DR/ANEEL de 11 de abril de 2022.

9.4. Programa de incentivo a redução voluntária de consumo de energia elétrica:

Foi instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

O programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento). O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2020, desde que possuam histórico de medição. E será aplicado às unidades consumidoras do grupo B pertencentes às classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público e para as unidades consumidoras do grupo A pertencentes às classes de consumo poder público, iluminação pública e consumo próprio.

O primeiro estágio do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica vigorará por quatro ciclos de faturamento, contados a partir de 1º de setembro de 2021.

No exercício de 2021 foram apurados pelas controladas distribuidoras de energia elétrica R\$158.236 em bônus de redução voluntária do consumo repassados aos consumidores, durante o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, as controladas possuem valores a receber registrados em outros créditos no ativo circulante, bem como obrigação de repasse aos consumidores registrado em outros passivos no passivo circulante, detalhados conforme segue:

Controladas	Bônus de Consumo			
	Ativo		Passivo	
	2022	2021	2022	2021
EMT	786	69.345	2.266	69.345
EMS	410	35.478	998	35.478
ESS	266	32.072	313	32.072
ETO	242	21.341	305	21.341
Total	1.704	158.236	3.882	158.236

9.5. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade. Ainda assim, de maneira geral e como resultado das estratégias de gestão de portfólio, o Grupo Energisa encontra-se alinhada.

Neste contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras desde o encerramento do ano civil de 2016, por consequência impedindo a homologação dos valores para os anos de 2016 a 2021.

No âmbito deste processo, destaca-se abaixo o histórico recente:

1. Em 08 de abril de 2021, a Procuradoria Federal junto à ANEEL se manifestou contrariamente ao posicionamento exarado, até então, pela área técnica e diretoria, tendo, no âmbito do Parecer nº

00079/2021/PFANEEL/PGF/AGU, opinado pela necessidade de alterações dos valores dos montantes de involuntariedade originalmente calculados, diante de análises aprofundadas dos seguintes pontos: (i) possibilidade ou não de aplicação do critério econômico na avaliação da sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntárias; e (iii) possibilidade de avaliação retroativa de migrações de consumidores livres e especiais ao ACL;

2. Ato seguinte, em 26 de novembro de 2021, e em atendimento à análise da Procuradoria Federal da ANEEL, foi publicada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado - SRM da ANEEL a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL, contendo a nova metodologia de apuração e valores de involuntariedades, bem como recomendando a apreciação da matéria pela Diretoria da Agência;
3. Em agosto de 2022, a Diretoria da Aneel, através do Despacho 2.168/2022, acatou os pedidos de reconsideração interpostos pelas distribuidoras em face do Despacho nº 2.508/2020 e revisou os montantes de involuntariedade das distribuidoras para os anos de 2016 e 2017.

Após a publicação do Despacho 2.168/2022, a Administração atualizou as suas estimativas quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referente a sobrecontratação de energia dos exercícios de 2016 a 2022, proporcionalizando um saldo passivo de R\$39.619 (R\$81.200 em 2021).

Os valores reconhecidos no exercício contabilizados na receita operacional bruta - Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização foi de R\$33.815 e R\$7.766 de atualização financeira devedora, registrado no resultado financeiro.

Controladas	Saldos em2021	Receita operacional bruta - constituição e amortização CVA ativa e passiva	Atualização Financeira	Saldos em2022
EMT	(75.600)	32.258	(2.872)	(46.214)
EMS	3.100	(197)	6.823	9.726
ESS	22.900	1.771	2.815	27.486
ETO	(31.600)	(17)	1.000	(30.617)
Total	(81.200)	33.815	7.766	(39.619)

Após a publicação do Despacho nº 2.168/2022 a Administração atualizou as suas estimativas quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referente a sobrecontratação de energia dos exercícios de 2016 a 2022, proporcionalizando um saldo passivo de R\$30.617 (R\$31.621 em 2021).

Os valores reconhecidos no exercício contabilizados na receita operacional bruta - Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização foi de R\$17 e R\$1.021 de atualização financeira devedora, registrado no resultado financeiro.

10. Ativos e passivos financeiros setoriais - consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldos em 2021	Receita Operacional	Resultado Financeiro	Trans-ferência	Saldos em 2022	Valor es	Valores em	Circulan-te
------------------------------	----------------	---------------------	----------------------	----------------	----------------	----------	------------	-------------

		Adição	Amortização	Remuneração			em Amortização	Constituição		Não circulante
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Energia elétrica comprada para revenda	169.651	(278.931)	(18.874)	29.167	(621)	(99.608)	-	(99.608)	(75.255)	(24.353)
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	7.586	37.215	(8.329)	1.207	(36.116)	1.563	-	1.563	1.141	422
Transporte de energia elétrica - rede básica	151.500	164.176	(48.785)	3.469	(142.748)	127.612	-	127.612	84.324	43.288
Transporte de energia elétrica Itaipu	4.638	11.542	(1.069)	384	(4.567)	10.928	-	10.928	7.374	3.554
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	7.549	223.551	(18.569)	8.481	(137.092)	83.920	-	83.920	60.925	22.995
Encargos de Serviços de Sistema - ESS ⁽²⁾	707.188	(510.840)	(128.039)	(7.688)	(314.043)	(253.422)	-	(253.422)	(183.784)	(69.638)
Bandeiras Tarifárias - CCRBT ⁽³⁾	-	(3.480)	-	-	3.379	(101)	-	(101)	(101)	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da parcela A ⁽⁴⁾	18.262	(9.520)	(4.873)	(58)	(10.556)	(6.745)	-	(6.745)	(6.187)	(558)
Sobrecontratação de energia ⁽⁵⁾	101.661	389.701	1.633	12.451	(157.019)	348.427	-	348.427	228.023	120.404
CUSD	2.921	337	(1.065)	(108)	(1.747)	338	-	338	247	91
Exposição de submercados ⁽⁶⁾	45.351	(448)	(12.669)	469	(33.178)	(475)	-	(475)	(336)	(139)
Garantias financeiras ⁽⁷⁾	2.768	2.399	(850)	177	(2.862)	1.632	-	1.632	989	643
Saldo a compensar ⁽⁹⁾	8.628	46.576	(9.358)	258	(33.359)	12.745	-	12.745	8.225	4.520
Outros itens financeiros ⁽¹⁰⁾	373.161	(20.538)	373.184	49.647	(261.181)	514.273	-	514.273	273.603	240.670
Total Ativo	1.600.864	51.740	122.337	97.856	(1.131.710)	741.087	-	741.087	399.188	341.899

Passivos Financeiros Setoriais	Saldos em 2021	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldos em 2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Energia elétrica comprada para revenda	108.854	40.958	(94.278)	(178)	(621)	54.735	12.436	42.299	33.246	21.489
Encargos de Serviços de Sistema - ESS ⁽²⁾	-	3.501	305.823	529	(314.043)	(4.190)	(13.954)	9.764	(9.151)	4.961
Transporte de energia elétrica - rede básica	6.195	(9.652)	79.505	(239)	(142.748)	(66.939)	(53.461)	(13.478)	(60.091)	(6.848)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	45.947	219	44.320	(170)	(137.092)	(46.776)	(44.252)	(2.524)	(45.494)	(1.282)
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	(92)	21.382	(3)	(36.116)	(14.829)	(14.730)	(99)	(14.778)	(51)
Transporte de energia elétrica Itaipu	777	-	1.418	-	(4.567)	(2.372)	(2.372)	-	(2.372)	-
Bandeiras Tarifárias - CCRBT ⁽³⁾	-	(2.873)	-	-	3.379	506	-	506	506	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A ⁽⁴⁾	9.712	9.881	(2.812)	164	(10.556)	6.389	(4.359)	10.748	928	5.461
Sobrecontratação de energia ⁽⁵⁾	183.174	2.432	(17.563)	(2.612)	(157.019)	8.412	(513)	8.925	3.876	4.536
Garantias financeiras ⁽⁷⁾	-	(315)	1.661	(17)	(2.862)	(1.533)	(1.156)	(377)	(1.341)	(192)
-Devoluções tarifárias ⁽⁸⁾	293.011	110.170	(25.255)	38.010	-	415.936	12.063	403.873	303.504	112.432
CUSD	3.163	(56)	(524)	(2)	(1.747)	834	902	(68)	869	(35)
Exposição de submercados ⁽⁶⁾	-	39	27.698	2	(33.178)	(5.439)	(5.484)	45	(5.462)	23
Saldo a compensar ⁽⁹⁾	1.730	3.578	20.094	81	(33.359)	(7.876)	(13.484)	5.608	(10.725)	2.849
Outros itens financeiros ⁽¹⁰⁾	81.372	193.880	394.479	306	(261.181)	408.856	393.856	15.000	419.003	(10.147)
Total Passivo	733.935	351.670	755.948	35.871	(1.131.710)	745.714	265.492	480.222	612.518	133.196
Saldo Líquido	866.929	299.930	(633.611)	61.985	-	(4.627)	(265.492)	260.865	(213.330)	208.703

(1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A:** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(2) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN.

(3) **Bandeiras Tarifárias - CCRBT** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira

tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL

Os valores recebidos ou repassados pelas Controladas referentes às Bandeiras Tarifárias- Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, estão apresentados a seguir:

Empresa	2022		2021	
	Recebido	Repassado	Recebido	Repassado
EMT	55.407	(2.676)	25.853	-
EMS	11.236	(51.114)	2.733	-
ESS	8.389	(37.000)	11.088	-
ETO	7.192	(3.047)	5.508	-
Total	82.224	(93.837)	45.182	-

- (4) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.
- (5) **Sobrecontratação de energia:** a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
- (6) **Exposição de submercados:** representa o ganho financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrente da transferência de energia entre submercados.
- (7) **Garantias financeiras:** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. nº 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.
- (8) **Devoluções tarifárias:** referem-se a receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas mensalmente e atualizadas com aplicação da variação da SELIC. Para as distribuidoras que já assinaram o novo termo aditivo do Contrato de Concessão, estes valores serão reconhecidos e amortizados no próximo processo tarifário da distribuidora (ETO e ESS). Para as empresas que ainda regem as regras anteriores do Contrato de Concessão, estes valores são acumulados durante o Ciclo de Revisão Tarifária (EMS e EMT).
- (9) **Saldo a compensar - (CVA do ciclo anterior):** conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.
- (10) **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, os principais itens que compõem o saldo, são como segue:

Repasse dos recursos da Conta de Comercialização de Itaipu: em 17 de fevereiro de 2022 e 1 de setembro de 2022 as controladas diretas EMT (R\$15.882), EMS (R\$1.907) e ESS (R\$29.082) receberam recursos da conta de comercialização de Itaipu. O processo de repasse do recurso da Conta de Comercialização de Energia de Itaipu para as concessionárias foi deliberado na Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL ocorrida em 30 de novembro de 2021. O montante recebido foi contabilizado reduzindo a parcela dos ativos financeiros setoriais constituídos.

Valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - Nos termos do inciso I do art.4º, da Lei nº 14.182, decide: (i) fixar os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 29 de julho de 2022 foi de R\$ 290.169, conforme Despacho 1.959/2022.

Conta Escassez Hídrica, operações financeiras, utilização da conta de Desenvolvimento Energético - CDE: a ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 1.008 de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos serão utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (ii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021 e; (iii) diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE. A liquidação da operação financeira se dará mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários futuros.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, protocolaram em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-ESCASSEZ HIDRICA no valor máximo de R\$784.138, dos quais R\$43.079 correspondem custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021, R\$85.111 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG e R\$655.949 destinados ao diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Os valores foram recebidos pelas distribuidoras em 09 de maio de 2022 é como segue:

Empresa	Custo de importação de energia	Programa de redução voluntaria de consumo	Diferimentos	Total
EMT	19.359	34.597	492.122	546.078
EMS	10.120	25.039	143.517	178.676
ESS	7.899	16.189	20.310	44.398
ETO	5.701	9.286	-	14.987
Total	43.079	85.111	655.949	784.139

Créditos de PIS e Cofins: no processo tarifário de 2022, foram reconhecidos os créditos de PIS/COFINS referente as ações judiciais com trânsito em julgado que questionam a exclusão do ICMS da base de cálculo. O assunto ainda será matéria de regulamentação específica pela ANEEL, estando o tema em Consulta Pública de nº 05/2021. No entanto, o Despacho nº 361/2021, que em situações excepcionais, autoriza o uso antecipado a conclusão da referida Consulta Pública. No Reajuste Tarifário Anual das controladas distribuidoras de energia, a ANEEL reconheceu o montante de R\$702.255 (R\$42.161 em 2021), sendo considerados 1/12 deste valor a cada mês, tendo compensado até dezembro de 2022 o valor de R\$509.509 (R\$42.161 em 2021). A seguir apresentamos os valores reconhecidos em cada controlada:

Empresa	2022	2021
EMT	212.577	-
EMS	117.443	-
ETO	125.566	12.981
ESS	53.923	29.180
Total	509.509	42.161

11. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Subvenção - Baixa Renda ⁽¹⁾	-	-	45.783	36.818
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	-	-	126.585	126.597
Bônus - Reembolso do Fundo CDE ⁽³⁾	-	-	1.704	158.239
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	165.239	143.066
Outras ordens em curso	-	-	20.015	10.403
Adiantamentos a fornecedores e empregados	87	87	31.122	31.406
Outros créditos a receber - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	85.128	85.200
(-) Ajuste a Valor Presente - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	(25.726)	(27.101)
Sub-rogação do CCC ⁽⁵⁾	-	-	77.499	33.346
Créditos a receber de terceiros - alienação de bens e direitos ⁽⁶⁾	-	-	62.216	50.188
(-) Provisão para perdas ⁽⁶⁾	-	-	(6.146)	(9.666)
Padrão de baixa renda	-	-	3.260	3.260
Despesas pagas antecipadamente ⁽⁷⁾	-	-	60.999	47.948
Depósito para reinvestimento - incentivos fiscais	-	-	41.711	3.962
Reembolso CCC (aquisição de energia para o sistema isolado) ⁽⁸⁾	-	-	6.456	10.754
EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência ⁽⁹⁾	-	-	8.210	15.108
Outros	8.527	7.511	15.426	21.448
Total	8.614	7.598	719.481	740.976
Circulante	3.028	2.899	586.766	638.413
Não circulante	5.586	4.699	132.715	102.563

- (1) **Subvenção Baixa renda - consolidado:** esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os saldos em aberto referem-se as provisões de novembro e dezembro de 2022, com estimativas de recebimento para o próximo trimestre, após validação da ANEEL. A Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

Subvenção baixa renda	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
Saldos consolidados em 2020	10.070	8.527	9.529	5.118	33.244
Subvenção baixa renda	64.516	52.316	61.956	26.445	205.233
Ressarcimento pela CCEE	(63.384)	(51.885)	(60.683)	(25.707)	(201.659)
Saldos consolidados em 2021	11.202	8.958	10.802	5.856	36.818
Subvenção baixa renda	83.386	60.163	80.213	29.333	253.095
Ressarcimento pela CCEE	(79.605)	(58.433)	(76.013)	(30.079)	(244.130)
Saldos consolidados em 2022	14.983	10.688	15.002	5.110	45.783

- (2) **Subvenção CDE - Desconto tarifário - consolidado:** refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos clientes em contrapartida a demonstração do resultado do exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada período. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do trimestre seguinte.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

Subvenção CDE	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
Saldos consolidados em 2020	71.705	16.506	14.998	19.422	122.631
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	323.294	84.115	160.649	95.988	664.046
Ressarcimento pela CCEE	(328.125)	(80.086)	(152.548)	(99.321)	(660.080)
Saldos consolidados em 2021	66.874	20.535	23.099	16.089	126.597
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	362.569	80.037	173.006	89.161	704.773
Ressarcimento pela CCEE	(352.828)	(90.073)	(163.133)	(98.751)	(704.785)
Saldos consolidados em 2022	76.615	10.499	32.972	6.499	126.585

- (3) Vide nota explicativa nº 9.4;

- (4) Outros créditos a receber CELPA: crédito que a Companhia e as controladas EMT, ETO, EMS e ESS tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a empresas Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber pelas controladas será atualizado mensalmente aplicando a taxa de juros capitalizados de 6% a.a. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a., (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% em setembro de 2034. Os juros serão recebidos semestralmente a partir de setembro de 2019.

- (5) **Sub-rogação CCC:** a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						2022	2021
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	33.544	19.859	18.569	29.790
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	3.032	645	2.528	3.556
Sistema de Transmissão Guariba	em serviço	110.006	57.795	1.393	-	56.402	-
Total		152.928	94.964	37.969	20.504	77.499	33.346
Circulante						16.405	6.791
Não Circulante						61.094	26.555

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado Despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento, aprovados pelo órgão regulador.

- (6) **Créditos a receber de terceiros:** refere-se a receita de uso mútuo de postes e venda de sucata.
- (7) Inclui valores relacionados a prêmio de seguro e a cota do Proinfa - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica;
- (8) **Reembolso CCC (aquisição de energia para o sistema Isolado)** trata-se de direitos de ressarcimento da controlada EMT correspondentes ao custo de geração total, cujos gastos totais ultrapassaram o valor do ACRmed (custo coberto pelos consumidores da concessão). Os valores estabelecidos para o ano de 2022 foi de R\$274,01/MWh e em 2021 correspondia a R\$253,50/ MWh. A metodologia de apuração é estabelecida pela Lei nº 12.111/2017 regulamentada pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 801/2017.
- (9) **EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência - Fundo de Previdência Patronal:** constituído por parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo, em planos de previdência que possuem alguma restrição desse resgate das contribuições patronais. Compõem também em seu saldo recursos oriundos de processos de migração de Planos. O Fundo Patronal está sendo utilizado para compensação das contribuições da Patrocinadora.

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A (70,01% no capital social) que por sua vez é controlada pela Energisa S/A (99,98% do capital total).

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Gemini Energy S/A, Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾ ;	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A;	EBO	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;	ESOLC	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
· Voltz Capital S/A;	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A;	ALSOL	Holding e Geração distribuída
· Energisa Geração Central Solar Rio Peixe I S/A; e	EGCS-RP1	Parque Solar
· Energisa Geração Central Solar Rio Peixe II S/A.	EGCS-RP2	Parque Solar
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
· Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
· Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
· Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
· Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A;	EPTE	Transmissão de energia
· Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VII S/A; e	ETE VII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE VII	Transmissão de energia
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A;	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviços
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda (atual denominação social da Vision SPE Vision Solar I Ltda);	REENERGISA I	Geração distribuída

· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A (atual denominação social da Vision Francisco Sá SPE S/A);	REENERGISA II	Geração distribuída
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração distribuída
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLWSOLAR	Geração distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração distribuída

⁽¹⁾ Energisa Minas Rio - Distribuição de Energia S/A ("EMR") (nova denominação social da Energisa Minas Gerais - Distribuição de Energia S/A ("EMG"), que incorporou em 30 de novembro de 2022 a companhia Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A ("ENF)).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados a seguir:

Controladora:

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Mútuos				
QMRA Participações S/A ("QMRA")	430	-	384	-
Energisa Participações Minoritárias S/A	-	(237.551)	-	(211.776)
	430	(237.551)	384	(211.776)
Empréstimos, financiamentos, encargos da dívida e Debêntures ⁽¹⁾				
Energisa S/A	-	(205.900)	-	(178.748)
Total - não circulante	430	(443.451)	384	(390.524)

⁽¹⁾ Credores "RJ" Opção C - referem-se a dívidas da Companhia adquiridas pela Energisa S/A, com as seguintes condições iniciais de pagamento: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordado entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final de exercício de 2017 as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano.

Condições dos contratos mútuos

Mútuos	Taxa Nominal	Vencimento
Energisa Participações Minoritárias S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/12/2024
QMRA Participações S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/01/2025

⁽¹⁾ Os contratos de mútuos que possuem prazo de 24 meses, nos termos dos contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média CDI+ 1,0783% (CDI + 0,5914% a.a. em 2021).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia, referente a atualização dos contratos:

Companhias	Receitas / (-) Despesas financeira
Mútuos	
QMRA Participações S/A	52
Energisa Participações Minoritárias S/A	(28.906)
	(28.854)
Energisa S/A	(27.152)
Total em 2022	(56.006)
Total em 2021	(38.015)

Consolidado:

Companhias		Passivos							2022	2021
		Rede Energia	CTCE	ETO ⁽¹⁾	EMT ⁽¹⁾	ESS ⁽¹⁾	EMS ⁽¹⁾			
Energisa S/A	Empréstimos e Debêntures	(205.900)	-	(309.740)	(108.530)	(131.377)	(97.875)	(853.422)	(1.132.280)	
Energisa S/A	Mútuo	-	5.062	-	-	-	-	5.062	-	
Energisa Participações Minoritárias S/A	Mútuo	(237.551)	-	-	-	-	-	(237.551)	(211.776)	
		(443.451)	5.062	(309.740)	(108.530)	(131.377)	(97.875)	(1.085.911)	(1.344.056)	

⁽¹⁾ As controladas ETO, EMT, EMS e ESS emitiram Debêntures em moeda corrente com condições e vencimentos conforme nota explicativa nº 21. Em 2022 o valor atualizado é de R\$647.522 (R\$957.995 em 2021), adquiridas pela Energisa S/A;

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia e suas controladas.

Companhias		Receitas / (-) Despesas financeira							2022	2021
		Rede Energia	CTCE	ETO	EMT	ESS	EMS			
Energisa S/A	Mútuo	-	(615)	-	-	-	-	(615)	(247)	
Energisa S/A	AVP	(27.152)	-	-	-	-	-	(27.152)	(23.571)	
Energisa S/A	Debêntures	-	-	(36.359)	(25.301)	(21.960)	(14.983)	(98.603)	(117.143)	
Energisa Participações Minoritárias S/A	Mútuo	(28.906)	-	-	-	-	-	(28.906)	(14.469)	
		(56.058)	(615)	(36.359)	(25.301)	(21.960)	(14.983)	(155.276)	(155.430)	

Empresas	Serviços Contratados				
	Multi Energia ⁽¹⁾	ETO	EMT	ESS	EMS
Energisa S/A ⁽²⁾	(2.329)	(28.279)	(77.636)	(31.552)	(45.417)
ESOLC ⁽³⁾	-	(24.002)	(76.261)	(29.111)	-
ESOL ⁽³⁾	-	(3.597)	(16.130)	(4.160)	(9.607)
ESS	4.098	-	-	-	-
EMT	9.772	-	-	-	-
EMS	14.482	-	-	-	-
ETO	5.480	-	-	-	-
EPB	4.818	-	-	-	-
EBO	625	-	-	-	-
EMR	2.854	-	-	-	-
ESE	1.779	-	-	-	-
EAC	2.571	-	-	-	-
ERO	4.068	-	-	-	-
ALSOL ⁽⁴⁾	546	(524)	-	-	-
VOLTZ	43	-	-	-	-
EGO ⁽⁵⁾	-	(114)	(468)	(199)	(272)

EPAI ⁽⁵⁾	-	(1.403)	(11.061)	(199)	(272)
EPAIL ⁽⁵⁾	-	(72)	(297)	(126)	(173)
EAM ⁽⁵⁾	-	(15)	(61)	(25)	(35)
EPTE ⁽⁵⁾	-	(6)	(8.219)	(11)	(14)
LMTE ⁽⁵⁾	-	(187)	(758)	(333)	(462)
LTTE ⁽⁵⁾	-	(225)	(912)	(400)	(556)
LXTE ⁽⁵⁾	-	(74)	(299)	(132)	(183)
ESAAEREOS	-	-	-	(255)	-
2022	48.807	(58.498)	(192.102)	(66.503)	(56.991)
2021	46.736	(26.052)	(32.079)	(49.568)	(3.394)

(1) Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL com vencimento em março/2027. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;

(2) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado pelas controladas, em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$514.599, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de Implantação de Sistemas e (vii) Prestação de Serviços de Suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado, com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;

(3) Referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026;

Refere-se a prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA para as unidades do Grupo Energisa. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho Aneel, nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02/09/2022 e vencimento em 02/09/2027.

(4) Refere-se a serviços de execução do projeto de P&D com vencimento em dezembro/2023;

(5) Refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto em contrato, com vencimento em 2025.

Companhia	Compartilhamento ⁽¹⁾				2022	2021
	ETO	EMT	ESS	EMS		
Energisa	(9.939)	(22.126)	(4.207)	(9.138)	(45.410)	(30.122)
ESS	(234)	6	-	867	639	1.265
EMT	(1.201)	-	(6)	4.433	3.226	1.003
EMS	(2.524)	(4.433)	(867)	-	(7.824)	(4.630)
ETO	-	1.201	234	2.524	3.959	2.362
EPB	(11.072)	(23.986)	(4.623)	(9.301)	(48.982)	(26.394)
EBO	(23)	65	11	211	264	507
EMR	(7.531)	(16.437)	(3.194)	(6.659)	(33.821)	(20.065)
ESE	(148)	159	30	874	915	637
EAC	(132)	(6)	(3)	470	329	121
ERO	(142)	386	74	1.332	1.650	1.254
ECOM	(295)	(655)	(123)	(260)	(1.333)	(1.026)
EPAI	3	27	5	38	73	-
EGO	3	21	4	30	58	-
EPAIL	2	14	3	19	38	-
ETT	-	4	1	5	10	-
EAM	-	1	-	1	2	-
	(33.233)	(65.759)	(12.661)	(14.554)	(126.207)	(75.088)

(1) **Contrato de Compartilhamento:** em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado, com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022.

Remuneração dos administradores:

	Consolidado	
	2022	2021
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	1.140	1.194
Remuneração da Diretoria	11.080	9.863
Outros Benefícios ⁽¹⁾	9.119	10.737

⁽¹⁾ Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiro relativas ao mês de dezembro de 2021 foram de R\$194 e R\$1 no consolidado (R\$72 e R\$2 em 2021, no consolidado). A remuneração média mensal no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$19 no consolidado (R\$20 em 2021, no consolidado).

Programa de Remuneração Variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP) - Consolidado

. Este plano. Oferecido aos seus executivos, tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos das controladas a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, as controladas possuem um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o *target* em função das faixas atingidas.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP ⁽¹⁾	2º programa ILP ⁽¹⁾	3º programa ILP	4º programa ILP	5º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	86.668	71.163	71.831	95.939	121.898
Opções de ações prescritas	-	-	7.174	9.025	15.532
Data de aprovação do Conselho de Administração	10/05/2018	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022
Data do início <i>vesting</i>	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	8,20%	7,70%	5,26%	7,88%	12,55%
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2021	DI1F2022	DI1F2023	DI1J2024	DI1J2025
Volatilidade ⁽²⁾	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%	34,88%
Valor justo na data da outorga	R\$44,35	R\$54,97	R\$43,69	R\$37,19	R\$34,95
Movimentação	Liquidado	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Em 13 de maio de 2021 e em 12 de maio de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a liquidação do 1 e 2º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, respectivamente, conforme segue:

Companhia e controladas	Liquidação 1º Programa ILP		Liquidação 2º Programa ILP	
	Valor Units Tesouraria ^(*)	Número de Units	Valor Units Tesouraria ^(*)	Número de Units
Energisa Mato Grosso	1.385	29.444	1.248	28.382
Energisa Mato Grosso Sul	665	14.119	612	13.919
Energisa Tocantins	800	17.011	541	12.317
Energisa Sul Sudeste	370	7.866	338	7.681
Total	3.220	68.440	2.739	62.299

(1) Valores líquidos de imposto de renda retido na fonte, de responsabilidade dos beneficiários.

(2) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o Total Shareholder Return TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, as controladas apuraram o valor justo das ações (*units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “*pro rata temporis*”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No exercício findo em 2022, foram contabilizados R\$3.041 (R\$3.857 em 2021) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas - pessoal e administradores. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido acumula em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$7.920(R\$6.395 em 2021).

13. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia e suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas demonstrações financeiras de R\$614.228 na controladora e R\$1.220.872, no consolidado (R\$459.545 e R\$1.011.979, respectivamente, em 2021).

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo				
Prejuízos fiscais	-	-	152.514	165.402
Base negativa da contribuição social	-	-	54.905	60.388
Diferenças temporárias:				
Imposto de Renda	-	-	341.726	381.493
Contribuição Social	-	-	123.022	137.338
Total - ativo não circulante	-	-	672.167	744.621
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	256.483	265.524	1.233.876	1.309.334
Contribuição Social	92.334	95.589	444.195	471.360
Total - passivo não circulante	348.817	361.113	1.678.071	1.780.694
Total passivo não circulante Líquido	(348.817)	(361.113)	(1.005.904)	(1.036.073)

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	Controladora			
	2022		2021	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL

Ativo/Passivo				
Ajustes a valor presente	(952.688)	(323.914)	(988.852)	(336.210)
Deságio sobre investimento	(73.244)	(24.903)	(73.244)	(24.903)
Total líquido - passivo não circulante	(1.025.932)	(348.817)	(1.062.096)	(361.113)

	Consolidado			
	2022		2021	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	610.054	152.514	661.607	165.402
Base negativa da contribuição social	610.054	54.905	670.976	60.388
Créditos fiscais - ágio	53.828	18.302	64.594	21.962
Provisão ajuste atuarial	192.380	65.409	204.046	69.376
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e	175.452	59.654	233.492	79.387
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação	683.262	232.309	645.479	219.463
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras).	243.450	82.773	256.286	87.137
Marcação a mercado - empréstimos	(104.018)	(35.366)	19.091	6.491
Outras adições/exclusões temporárias	15.825	5.380	40.338	13.714
Contratos e prestações de serviços	2.710	921	(9.561)	(3.251)
Ajustes a valor presente ⁽¹⁾	(1.820.174)	(618.859)	(1.875.754)	(637.756)
Intangível - Mais Valia	(769.263)	(261.549)	(904.535)	(307.542)
Parcela do VNR do ativo financeiro indenizável da	(1.782.143)	(605.929)	(1.444.536)	(491.142)
Deságio sobre investimento	(188.407)	(64.058)	(188.407)	(64.058)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(56.417)	(19.182)	(71.769)	(24.401)
Marcação a mercado - derivativos	(215.081)	(73.128)	(680.125)	(231.243)
Total	(2.348.488)	(1.005.904)	(2.378.778)	(1.036.073)
Total - Ativo Não Circulante	2.587.015	672.167	2.858.556	744.621
Total - Passivo Não Circulante	(4.935.503)	(1.678.071)	(5.237.334)	(1.780.694)

(1) **Ajuste a valor presente:** refere-se basicamente ao ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e pela sua controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B.

(2) **Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações:** refere-se ao Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR das controladas EMT, EMS, ETO e ESS.

A expectativa de realização dos créditos fiscais diferidos é como segue:

Exercício	Consolidado
2023	76.510
2024	80.762
2025	94.674
2026	101.169
2027	100.789
2028 e 2029	20.944
2030 a 2032	197.319
Total	672.167

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	2022	2021 (reapresentado)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.474.133	1.359.570
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(501.205)	(462.254)

Ajustes:

Itens permanentes:

Equivalência patrimonial	513.235	474.652
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no exercício	104	(4.926)
Imposto de renda e contribuição social	12.134	7.472

	Consolidado	
	2022	2021(reapresentado)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.527.862	2.375.219
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(859.473)	(807.574)
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Incentivos fiscais regionais - Redução IRPJ (SUDAM) ⁽¹⁾	241.231	273.337
Incentivos fiscais - Reinvestimento ⁽²⁾	13.465	-
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no exercício	(1.871)	(7.112)
Incentivos fiscais - Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽³⁾	36.157	14.514
Outros Créditos (Débitos) de períodos anteriores	60.246	(32.268)
Outros incentivos fiscais e despesas ineditáveis (doações, brindes, multa, etc.) ⁽⁴⁾	18.506	15.753
Imposto de renda e contribuição social	(491.739)	(543.350)
Alíquota efetiva	19,45%	22,88%

⁽¹⁾ As controladas EMT e ETO possuem redução do imposto de renda e adicionais. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montaram em R\$241.231 (R\$273.337 em 2021), sendo: R\$188.324 (R\$215.844 em 2021) na controlada EMT e R\$52.907 (R\$57.493 em 2021) na controlada ETO.

As controladas ETO e EMT obtiveram deferimento de seus pleitos em dezembro de 2014 pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, pelos seus respectivos Laudos Constitutivos números 113 e 114, que concedeu benefício fiscal de 75% de redução do Imposto de Renda, para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023.

Em 2018 as controladas, amparadas pela legislação vigente, formalizaram novo pedido para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo por mais 10 anos, a contar do momento da sua aprovação. Neste sentido, as controladas possuem processos que se encontram em fase de análise, formalizado junto à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Com a publicação da Lei n° 13.799/2019, estendeu-se o prazo para aprovação e obtenção do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos das controladas tenham sua instrução garantida por parte da SUDAM até o ano calendário de 2028, após a emissão dos Laudos Constitutivos, aumentando o prazo de fruição em 5 anos.

⁽²⁾ Trata-se da parcela de 30% do Imposto de Renda, para ser reinvestidos em seus projetos instalados na área de atuação da SUDAM, para o desenvolvimento regional.

⁽³⁾ Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei n° 11.196/2005.

⁽⁴⁾ Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A Companhia e suas controladas, em agosto de 2021, impetraram Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou o Recurso Extraordinário n° 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia e suas controladas avaliaram junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluíram sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e

passivas sobre o mesmo mérito. A Administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 31 de dezembro de 2022 compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

14. Ativo financeiro indenizável da concessão - consolidado

Os contratos de distribuição de energia elétrica das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e nos contratos de concessão assinados pelas controladas e Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$347.661 (R\$509.614 em 2021).

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

	Saldos em 2021	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldos em 2022
Energisa Mato Grosso	3.884.108	711.225	(11.058)	240.785	4.825.060
Energisa Tocantins	47.109	24.872	-	2.758	74.739
Energisa Mato Grosso do Sul	1.599.382	462.062	(9.902)	95.940	2.148.182
Energisa Sul Sudeste	136.028	21.616	(10)	8.178	165.812
Total - Não circulante	5.666.627	1.219.775	(20.270)	347.661	7.213.793

	Saldos em 2020	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldos em 2021
Energisa Mato Grosso	3.183.825	376.748	(29.479)	353.014	3.884.108
Energisa Tocantins	40.155	2.850	(3)	4.107	47.109
Energisa Mato Grosso do Sul	1.251.680	212.600	(4.879)	139.981	1.599.382
Energisa Sul Sudeste	101.425	22.257	(166)	12.512	136.028
Total - Não circulante	4.577.085	614.455	(34.527)	509.614	5.666.627

(1) Adições: refere-se à transferência originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

(2) Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

15. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 (reapresentado)	2022	2021 (reapresentado)
Participação em controladas	4.533.598	4.195.315	-	-
Outros	103	103	7.653	7.731
Total	4.533.701	4.195.418	7.653	7.731

Participação em controladas:

2022									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								1.323.865	4.058.164
Energisa Tocantins	76,67	500	532.190	3.242.003	2.180.679	1.061.324	267.943	205.434	813.729
Energisa Mato Grosso	57,68	126.292	1.677.113	12.161.734	8.832.448	3.329.286	1.148.508	662.496	1.920.431
Energisa Mato Grosso do Sul	64,01	414	616.733	5.981.378	4.784.291	1.197.087	509.867	326.371	766.267
Energisa Sul Sudeste	99,25	96	534.717	2.782.835	2.220.884	561.951	130.543	129.564	557.737
Comercialização								(10.650)	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia ⁽¹⁾	99,98	5	2.345	5.139	218.472	(213.333)	(10.652)	(10.650)	-
Prestação de Serviços								8.377	15.190
Multi Energisa	99,90	1	5.000	23.555	8.350	15.205	8.385	8.377	15.190
Holdings e demais Companhias								187.924	460.244
QMRA Participações	100	4.371	2.194	2.985	471	2.514	143	143	2.514
Rede Power do Brasil	100	263	235.379	490.085	32.307	457.777	187.799	187.781	457.730
Total								1.509.516	4.533.598

2021 (reapresentado)									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								1.200.609	3.739.975
Energisa Tocantins	76,67	500	532.190	3.171.790	2.218.435	953.355	220.249	168.868	730.949
Energisa Mato Grosso	57,68	126.292	1.677.113	11.460.630	8.529.249	2.931.381	973.637	561.620	1.690.906
Energisa Mato Grosso do Sul	64,01	414	616.733	5.550.969	4.375.841	1.175.128	513.549	328.728	752.211
Energisa Sul Sudeste	99,25	96	534.717	2.928.565	2.358.380	570.185	142.461	141.393	565.909
Comercialização								154	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia ⁽¹⁾	99,98	5	2.345	5.714	208.392	(202.678)	154	154	-
Prestação de Serviços								8.816	15.500
Multi Energisa Serviços	99,90	1	5.000	23.955	8.438	15.517	8.825	8.816	15.500
Holdings e demais Companhias								186.456	439.840
QMRA Participações	100,00	4.371	2.194	2.791	386	2.405	42	42	2.405
Rede Power do Brasil	99,99	263	235.379	469.420	31.98	437.482	186.432	186.414	437.435
Total								1.396.035	4.195.315

⁽¹⁾ A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$213.287 (R\$202.637 em 2021) registrado em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

Movimentação dos investimentos:

Controlada	Saldo em 2021 (reapresentado)	Ganho/(Perda) aquisição de ações ⁽¹⁾	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2022
Distribuição	3.739.975	13.661	(1.035.508)	16.171	1.323.865	4.058.164
Energisa Tocantins	730.949	3.012	(124.927)	(739)	205.434	813.729
Energisa Mato Grosso	1.690.906	10.075	(447.058)	4.012	662.496	1.920.431
Energisa Mato Grosso do Sul	752.211	238	(321.000)	8.447	326.371	766.267
Energisa Sul Sudeste	565.909	336	(142.523)	4.451	129.564	557.737
Comercialização	-	-	-	-	(10.650)	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	-	-	-	(10.650)	-

Controlada	Saldos em 2021 (reapresentado)	Ganho/(Perda) aquisição de ações ⁽¹⁾	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldos em 2022
Prestação de Serviços	15.500	-	(8.706)	19	8.377	15.190
Multi Energisa Serviços	15.500	-	(8.706)	19	8.377	15.190
Holdings e demais companhias	439.840	151	(172.411)	4.740	187.924	460.244
QMRA Participações	2.405	-	(34)	-	143	2.514
Rede Power do Brasil	437.435	151	(172.377)	4.740	187.781	457.730
Total	4.195.315	13.812	(1.216.625)	20.930	1.509.516	4.533.598

⁽¹⁾ Inclui: (i) transação entre sócios apurada no investimento junto as controladas, reflexas de ganho no montante de R\$13, referente: (a) R\$4 de perda distribuição de dividendos na ESS e (b) R\$17 de ganho na distribuição de dividendos na Rede Power; (ii) ganhos por equivalência no valor de R\$1.525 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das controladas; e (iii) R\$12.274 referente a Reserva de Incentivo fiscal das controladas EMT e ETO.

Controlada	Saldos em 2020 (reapresentado)	Ganho/(Perda) aquisição de ações ⁽¹⁾	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldos em 2021 (reapresentado)
Distribuição	3.875.546	(17.413)	(1.376.552)	57.785	1.200.609	3.739.975
Energisa Tocantins	702.277	(25.173)	(123.921)	8.898	168.868	730.949
Energisa Mato Grosso	1.727.293	7.039	(623.016)	17.970	561.620	1.690.906
Energisa Mato Grosso do Sul	849.840	371	(432.952)	6.224	328.728	752.211
Energisa Sul Sudeste	596.136	350	(196.663)	24.693	141.393	565.909
Comercialização	-	-	-	-	154	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	-	-	-	154	-
Prestação de Serviços	14.535	-	(7.839)	(12)	8.816	15.500
Multi Energisa Serviços S/A	14.535	-	(7.839)	(12)	8.816	15.500
Holdings e demais companhias	460.079	229	(210.416)	3.492	186.456	439.840
QMRA Participações S/A	2.360	-	3	-	42	2.405
Rede Power do Brasil S/A	457.719	229	(210.419)	3.492	186.414	437.435
Total	4.350.160	(17.184)	(1.594.807)	61.265	1.396.035	4.195.315

⁽¹⁾ Inclui (i) transações entre sócios apurada no investimento junto as controladas, reflexas de perda no montante de R\$19.185, referente: (a) R\$6.319 ganho na distribuição de dividendos; (b) R\$5 perdas de compra de ações da controladora ESS; (c) R\$21 ganho de recebimento de dividendos na Rede Power; (d) R\$25.520 referente a perda no Acordo do Estado do Tocantins apurado pela ETO; e (ii) ganhos por equivalência de R\$2.001 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das controladas.

16. Ativo contratual - infraestrutura em construção - consolidado

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2021	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Saldos em 2022
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	799.147	2.501.390	(1.010.213)	(1.371.966)	918.358
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	211.404	360.223	(95.217)	(152.191)	324.219
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	587.743	2.141.167	(914.996)	(1.219.775)	594.139

	Saldos em 2020	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Saldos em 2021
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	583.572	1.478.897	(587.558)	(675.764)	799.147
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	237.276	100.275	(64.838)	(61.309)	211.404
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	346.296	1.378.622	(522.720)	(614.455)	587.743

- (1) Do montante total de R\$914.996 (R\$522.720 em 2021), R\$914.996 (R\$523.118 em 2021) foi transferido para o ativo intangível - contrato de concessão e (R\$(398) em 2021) para imobilizado.
- (2) As baixas realizadas no exercício de R\$1.219.775 (R\$614.455 em 2021) referem-se ao montante transferido para o ativo financeiro indenizável da concessão por corresponder a parcela bifurcada do ativo contratual líquido a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

17. Imobilizado - consolidado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldo em 2021	Adição	Transferências (1)	Baixas	Depreciação	Saldo em 2022
Imobilizado em serviço							
Custo:							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	16.852	-	23.709	-	-	40.561
Máquinas e Equipamentos	14,27%	137.288	-	19.087	(54)	-	156.321
Veículos	14,29%	396	-	138	(138)	-	396
Móveis e utensílios	6,25%	31.961	-	1.296	(47)	-	33.210
Total do imobilizado em serviço		186.497	-	44.230	(239)	-	230.488
Depreciação acumulada:							
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(997)	-	-	-	(839)	(1.836)
Máquinas e Equipamentos		(103.498)	-	-	49	(9.021)	(112.470)
Veículos		(24)	-	(138)	138	(57)	(81)
Móveis e utensílios		(20.411)	-	-	45	(1.183)	(21.549)
Total depreciação acumulada		(124.930)	-	(138)	232	(11.100)	(135.936)
Subtotal imobilizado		61.567	-	44.092	(7)	(11.100)	94.552
Imobilizado em curso		29.512	30.338	(44.133)	-	-	15.717
Total do imobilizado		91.079	30.338	(41)	(7)	(11.100)	110.269

	Taxa Média de Depreciação (%)	Saldo em 2020	Adição	Transferências (1)	Depreciação	Saldo em 2021
Imobilizado em serviço						
Custo:						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	2.473	-	14.379	-	16.852
Máquinas e Equipamentos	15,20%	124.517	-	12.771	-	137.288
Veículos	14,29%	-	-	396	-	396
Móveis e utensílios	6,25%	30.492	-	1.469	-	31.961
Total do imobilizado em serviço		157.482	-	29.015	-	186.497
Depreciação acumulada:						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(698)	-	(84)	(215)	(997)
Máquinas e Equipamentos		(94.389)	-	(5)	(9.104)	(103.498)
Veículos		-	-	(2)	(22)	(24)
Móveis e utensílios		(19.203)	-	-	(1.208)	(20.411)
Total depreciação acumulada		(114.290)	-	(91)	(10.549)	(124.930)
Subtotal imobilizado		43.192	-	28.924	(10.549)	61.567
Imobilizado em curso		33.212	25.622	(29.322)	-	29.512
Total do imobilizado		76.404	25.622	(398)	(10.549)	91.079

- (1) O montante de R\$41, R\$5 refere-se às reclassificações para o Intangível - software e o montante R\$36 (R\$398 em 2021) refere-se às reclassificações para o Intangível - contrato de concessão.

18. Intangível - consolidado

	2022	2021
Intangível - contrato de concessão	5.569.367	5.371.163
Intangível - direito de uso	6.937	11.866
Intangível - software	136.821	100.974
Total	5.713.125	5.484.003

18.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldo em 2021	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldo em 2022
Intangível em serviço						
Custo:	7,37%	16.031.183	1.056.226	(184.189)	-	16.903.220
Amortização acumulada		(8.984.157)	(46.664)	136.923	(863.237)	(9.757.135)
Subtotal		7.047.026	1.009.562	(47.266)	(863.237)	7.146.085
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,88%	4.002.777	95.292	(7.898)	-	4.090.171
Amortização acumulada		(2.326.914)	(762)	2.742	(188.519)	(2.513.453)
Total das obrigações vinculadas à concessão		1.675.863	94.530	(5.156)	(188.519)	1.576.718
Total do intangível - contrato de concessão		5.371.163	915.032	(42.110)	(674.718)	5.569.367

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2021
Intangível em serviço						
Custo:	7,32%	15.616.617	589.269	(174.703)	-	16.031.183
Amortização acumulada		(8.299.742)	(1.325)	117.201	(800.291)	(8.984.157)
Subtotal		7.316.875	587.944	(57.502)	(800.291)	7.047.026
(-) Obrigações vinculadas à concessão em serviço						
Custo	3,81%	3.938.133	64.838	(194)	-	4.002.777
Amortização acumulada		(2.148.206)	(12)	-	(178.696)	(2.326.914)
Total das obrigações vinculadas à concessão		1.789.927	64.826	(194)	(178.696)	1.675.863
Total Intangível - contrato de concessão		5.526.948	523.118	(57.308)	(621.595)	5.371.163

(1) O montante total de R\$915.032 (R\$523.118 em 2021), R\$914.996 (R\$522.720 em 2021) foi transferido para o ativo contratual - infraestrutura em construção e R\$36 (R\$398 em 2021) para o imobilizado;

(2) As baixas no montante de R\$42.110 (R\$57.308 em 2021) referem-se às baixas realizadas no exercício contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e, ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(3) As controladas EMT, EMS, ETO e ESS registraram no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$31.660 (R\$31.026 em 2021).

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691, de 08 de dezembro 2015 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pelas controladas ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de

cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 7,37% (7,32% em 2021).

Obrigações vinculadas a concessão:

O saldo do intangível e ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas à concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2022	2021
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	2.021.044	1.805.803
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	3.214.653	3.090.009
Reserva para reversão ⁽³⁾	5.383	5.956
Receitas de ultrapassagem de demanda e energia reativa excedente	241.720	241.720
(-) Amortização acumulada	(2.513.453)	(2.326.914)
Total	2.969.347	2.816.574
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.068.410	929.307
Intangível - contrato de concessão	324.219	1.675.863
Ativo contratual - infraestrutura em construção	1.576.718	211.404
Total	2.969.347	2.816.574

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em programas de eficiência energética e Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo imobilizado em serviço.

(2) Inclui participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, destinadas ao Programa Luz para Todos; recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC que envolvem na sub-rogação do direito de uso, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC.

(3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente

18.2. Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldo em 2021	Baixas	Amortização	Saldo em 2022
Direito de Uso					
Custo:	12,67 %	38.864	(7)	-	38.857
Amortização acumulada		(26.998)	-	(4.922)	(31.920)
Total do intangível - direito de uso		11.866	(7)	(4.922)	6.937

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 2021
Direito de Uso							
Custo:	23,06%	43.434	8.237	452	(13.259)	-	38.864
Amortização acumulada		(17.584)	-	(452)	-	(8.962)	(26.998)
Total do intangível - direito de uso		25.850	8.237	-	(13.259)	(8.962)	11.866

18.3. Intangível - software

	Taxa média de amortização (%)	Saldo em 2021	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Amortização	Saldo em 2022
Intangível - software							
Custo:	20,00%	245.724	-	44.682	(224)	-	290.182
Amortização acumulada		(184.792)	-	-	224	(29.970)	(214.538)
Em curso		40.042	65.812	(44.677)	-	-	61.177
Total do intangível - software		100.974	65.812	5	-	(29.970)	136.821

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferência	Amortização	Saldos em 2021
Intangível - software						
Em serviço:	20,00%	223.795	-	21.929	-	245.724
Amortização acumulada		(158.370)	-	-	(26.422)	(184.792)
Em curso		21.841	40.130	(21.929)	-	40.042
Total do intangível - software		87.266	40.130	-	(26.422)	100.974

⁽¹⁾ O montante de R\$5 refere-se às reclassificações para o Imobilizado.

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	-	-	52.234	92.629
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	-	-	677.807	743.518
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽¹⁾	-	-	102.637	81.876
Encargos de Serviço no sistema ⁽³⁾	-	-	1.187	356.181
Encargos do uso da rede elétrica ⁽¹⁾	-	-	7.997	7.700
Encargos de conexão ⁽¹⁾	-	-	9.515	22.188
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	185	166	264.013	170.076
Total	185	166	1.115.390	1.474.168
Circulante	185	166	1.044.313	1.406.984
Não Circulante	-	-	71.077	67.184

⁽¹⁾ **Compra de energia elétrica e encargos do uso da rede elétrica** - refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

⁽²⁾ **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**: A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões do MCP e diminuiu principalmente pela queda do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), que esteve perto do piso nos meses de novembro-dezembro/22 comparado com novembro-dezembro/21. O PLD além de precificar as liquidações de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

⁽³⁾ **Encargos do serviço do sistema** - a diminuição dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à redução do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão de Segurança Energética. As chuvas do período úmido elevaram o nível dos reservatórios e, com a melhoria das condições hidrológicas, não houve necessidade de grandes despachos fora da ordem de mérito.

⁽⁴⁾ **Materiais, serviços e outros** - referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica. O prazo médio de liquidação nas controladas são de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

20. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Controladora				Saldos em 2022
	Saldos em 2021	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Ajuste Valor Presente	
Mensuradas ao custo amortizado					
Moeda nacional					
Pré Fixado	22.209	(1.116)	1.111	2.258	24.462
Outros ⁽¹⁾	171.060	-	-	26.029	197.089
Total ao custo amortizado	193.269	(1.116)	1.111	28.287	221.551
Circulante	471				465
Não Circulante	192.798				221.086

	Controladora				Saldos em 2021
	Saldos em 2020	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Ajuste Valor Presente	
Mensuradas ao custo amortizado					
Moeda nacional					
Pré Fixado	20.249	(1.117)	1.116	1.961	22.209
Outros ⁽¹⁾	148.469	-	-	22.591	171.060
Total ao custo amortizado	168.718	(1.117)	1.116	24.552	193.269
Circulante	471				471
Não Circulante	168.247				192.798

(1) Credores "RJ" - Opção "C"

	Consolidado								
	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado									
Moeda nacional									
Pré Fixado	28.615	-	(1.073)	(1.395)	1.390	-	-	2.800	30.337
Pós Fixado									
INPC	19.085	25.050	(10.890)	(1.384)	3.176	-	-	-	35.037
IPCA	925.135	-	(57.448)	(45.059)	101.376	-	-	-	924.004
CDI	1.637.076	650.000	(497.683)	(163.192)	203.664	-	-	-	1.829.865
TR	645.541	-	-	(52.934)	53.730	-	-	-	646.337
(-) Custo com captação	(4.701)	-	-	-	1.800	(4.220)	-	-	(7.121)
Outros	171.060	-	-	-	-	-	-	26.029	197.089
Total ao custo amortizado	3.421.811	675.050	(567.094)	(263.964)	365.136	(4.220)	-	28.829	3.655.548
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Dólar	1.629.988	1.490.650	(576.838)	(42.140)	(32.578)	-	-	-	2.469.082
Euro	462.597	214.015	(248.250)	(5.329)	(72.323)	-	-	-	350.710
(-) Custo com captação	(340)	-	-	-	340	-	-	-	-
Marcação a mercado	(253)	-	-	-	-	-	(26.601)	-	(26.854)
Total ao valor justo	2.091.992	1.704.665	(825.088)	(47.469)	(104.561)	-	(26.601)	-	2.792.938
Total	5.513.803	2.379.715	(1.392.182)	(311.433)	260.575	(4.220)	(26.601)	28.829	6.448.486
Circulante	1.500.690								1.428.310
Não Circulante	4.013.113								5.020.176

	Consolidado								
	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo amortizado									
Moeda nacional									
Pré Fixado	29.404	-	(3.219)	(1.554)	1.552	-	-	2.432	28.615
Pós Fixado									
INPC	-	19.118	(1.875)	(794)	2.636	-	-	-	19.085

	Consolidado								
	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2021
IPCA	-	863.605	-	(21.104)	82.634	-	-	-	925.135
CDI	2.120.117	310.000	(782.471)	(108.555)	97.985	-	-	-	1.637.076
TR	645.069	-	-	(42.606)	43.078	-	-	-	645.541
(-) Custo com captação	(748)	-	-	-	1.301	(5.254)	-	-	(4.701)
Outros	148.469	-	-	-	-	-	-	22.591	171.060
Total ao custo amortizado	2.942.311	1.192.723	(787.565)	(174.613)	229.186	(5.254)	-	25.023	3.421.811
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Dólar	1.758.442	923.098	(1.148.723)	(35.611)	132.782	-	-	-	1.629.988
Euro	466.762	-	-	(4.513)	348	-	-	-	462.597
(-) Custo com captação	(1.096)	-	-	-	756	-	-	-	(340)
Marcação a mercado	16.652	-	-	-	-	(16.905)	-	-	(253)
Total ao valor justo	2.240.760	923.098	(1.148.723)	(40.124)	133.886	-	(16.905)	-	2.091.992
Total	5.183.071	2.115.821	(1.936.288)	(214.737)	363.072	(5.254)	(16.905)	25.023	5.513.803
Circulante	2.067.303	-	-	-	-	-	-	-	1.500.690
Não Circulante	3.115.768	-	-	-	-	-	-	-	4.013.113

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	2022	2021					
REDE ENERGIA							
Credores "RJ" - Bicbanco	7.636	6.932	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%	R
Credores "RJ" - BNB	16.826	15.277	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%	R
Credores "RJ" - Opção "C"	197.089	171.060	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%	-
Total em Moeda Nacional	221.551	193.269					
Total REDE ENERGIA	221.551	193.269					
EMT							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	354.193	353.756	TR + 7.00% a.a.	out/34	Mensal a partir de nov/29	8,63%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	389.032	443.566	CDI + 0.70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de mai/21	13,09%	R
Nota Promissória 2ª Emissão (1)	-	320.270	CDI + 0.80% a.a.	mar/22	Final	13,19%	A
Santander FRN 4133870 (1)	66.738	194.743	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Semestral a partir de fev/22	13,34%	A
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A (1)	133.595	145.584	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22	10,61%	A + R
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B (1)	199.863	188.279	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27	10,61%	A + R
EMT X ENERGISA PREV - Migração (4)	185	2.019	INPC + 5.47% a.a.	out/29	Mensal a partir de jan/21	11,40%	A
EMT X ENERGISA PREV - Déficit de 2017 (5)	12.260	6.779	INPC + 5.46% a.a.	dez/31	Mensal a partir de jan/21	11,39%	A
EMT X ENERGISA PREV - Déficit 2015 A 2019 (5)	62	170	INPC + 5.45% a.a.	nov/33	Mensal a partir de jan/21	11,38%	A
EMT X ENERGISA PREV - Déficit 2020 (5)	1.381	-	INPC + 5.17% a.a.	fev/38	Mensal a partir de abr/22	11,10%	A
EMT X ENERGISA PREV - Déficit 2020 (5)	79	-	INPC + 5.01% a.a.	fev/35	Mensal a partir de abr/22	10,94%	A
(-) Custo com captação	(1.091)	(1.417)					
Total em Moeda Nacional	1.156.297	1.653.749					
Resolução 4131-Bank of America ML (1 e 6)	138.858	-	EURO + 1.48% a.a.	fev/25	Final	-10,41%	A
Citibank Loan - 4131 (1 e 6)	-	40.068	LIBOR + 1.70% a.a.	jun/22	Anual a partir de jun/21	-2,40%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1 e 6)	-	40.065	LIBOR + 1.80% a.a.	jun/22	Anual a partir de jun/21	-2,30%	A
EMT X SCOTIABANK - LOAN 4131 - 11062021 (1 e 6)	122.334	130.840	USD + 1.21% a.a.	jun/24	Final	-5,29%	A
J P MORGAN Loan (1 e 6)	308.579	-	USD + 3.04% a.a.	mar/25	Final	-3,46%	A
Merryl Lynch Loan (1 e 6)	-	67.509	EURO + 0.69% a.a.	dez/22	Final	-11,20%	A
Scotiabank Loan (1 e 6)	-	274.583	USD + 2.20% a.a.	dez/22	Final	-4,30%	A
Citibank Loan 56416 (1 e 6)	61.001	64.793	LIBOR + 0.60% a.a.	fev/23	Final	-3,50%	A
Merryl Lynch Loan 12062020 (1 e 6)	109.092	-	SOFR + 1.00% a.a.	mar/24	Final	-3,60%	A
Santander Loan ccb1044407 (1 e 6)	92.549	-	USD + 2.68% a.a.	fev/23	Final	-3,82%	A
Merryl Lynch Loan 25082021 (1 e 6)	240.352	256.476	USD + 1.70% a.a.	set/23	Final	-4,80%	A
Citibank Loan 59606 (1 e 6)	105.020	111.759	LIBOR + 1.18% a.a.	ago/23	Final	-2,92%	A
Scotiabank Loan 13102022 (1 e 6)	259.843	-	USD + 5.25% a.a.	out/25	Final	-1,25%	A
J P MORGAN Loan 10112022 (1 e 6)	157.843	-	USD + 6,41% a.a.	nov/23	Final	-0,09%	A
Merryl Lynch Loan 01122022 (1 e 6)	201.068	-	USD + 5,67% a.a.	dez/24	Final	-0,83%	A
(-) Custo com captação	-	(109)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(16.628)	1.071					
Total em Moeda Estrangeira	1.779.911	987.055					
Total EMT	2.936.208	2.640.804					
EMS							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	292.144	291.785	TR + 7.00% a.a.	out/34	Mensal a partir de nov/29	8,63%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	177.523	202.403	CDI + 0.70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de mai/21	13,09%	R
Nota Promissória (1)	85.912	75.735	CDI + 0.95% a.a.	mar/23	Final	13,34%	A

CCB Safra 001660014	80.414	80.230	CDI + 1.80% a.a.	jun/23	Final	14,19%	A
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A (1)	109.063	118.850	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22	10,61%	A + R
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B (1)	163.162	153.706	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27	10,61%	A + R
EMS X ENERGISA PREV - Migração (4)	-	547	INPC + 5.00% a.a.	abr/29	Mensal a partir de jan/21	10,93%	A
Nota Promissória 3ª emissão (1)	59.234	51.809	CDI + 1.75% a.a.	jul/24	Final	14,14%	A
EMS X SANTANDER CCB 1038715	159.515	155.185	CDI + 1.60% a.a.	jul/23	Final	13,99%	A
EMS X ENERGISA PREV - Déficit 202 (5)	41	-	INPC + 5.17% a.a.	fev/38	Mensal a partir de abr/22	11,10%	A
EMS - 1ª Nota comercial 1ª série	213.909	-	CDI + 1.40% a.a.	jul/25	Final	13,79%	A
EMS - 1ª Nota comercial 2ª série	214.060	-	CDI + 1.55% a.a.	jul/26	Anual a partir de jul/25	13,94%	A
(-) Custo com captação	(3.617)	(1.496)					
Total em Moeda Nacional	1.551.360	1.128.754					
Citibank Loan - 4131 (1 e 6)	-	40.346	LIBOR + 1.70% a.a.	mai/22	Anual a partir de mai/21	-2,40%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1 e 6)	-	40.337	LIBOR + 1.80% a.a.	mai/22	Anual a partir de mai/21	-2,30%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1 e 6)	63.023	-	EURO + 1.60% a.a.	mar/25	Final	-10,29%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1 e 6)	-	71.635	EURO + 0.99% a.a.	mai/22	Final	-10,90%	A
EMS X BAML - LOAN 4131 - 28012021 (1 e 6)	80.484	86.080	USD + 1.83% a.a.	fev/24	Final	-4,67%	A
Loan Citi - 59382 (1 e 6)	142.827	151.383	LIBOR + 1.16% a.a.	jul/24	Final	-2,94%	A
Loan Citi - 60975 (1 e 6)	163.638	-	SOFR + 1.00% a.a.	mar/24	Final	-3,60%	A
Scotiabank Loan 4131 01122022 (1 e 6)	150.372	-	USD + 4,48% a.a.	dez/25	Final	-2,02%	A
(-) Custo com captação	-	(92)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(423)	(1.508)					
Total em Moeda Estrangeira	599.921	388.181					
Total EMS	2.151.281	1.516.935					
ETO							
Luz para Todos I - Eletrobrás	-	1.073	PRÉ + 6.00% a.a.	abr/22	Mensal a partir de dez/15	6,00%	R
ETO X BNDES - 20.2.0496-1 (1)	179.859	180.080	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de abr/22	10,61%	A + R
ETO X ENERGISA PREV - Migração (4)	3.269	1.297	INPC + 4.96% a.a.	jun/30	Mensal a partir de jan/21	10,89%	A
ETO X ENERGISA PREV - Déficit DE 2017 (5)	-	16	INPC + 5.45% a.a.	nov/33	Mensal a partir de jan/21	11,38%	A
ETO X ENERGISA PREV - Déficit 2017 2018 2019 (5)	24	53	INPC + 4.75% a.a.	ago/29	Mensal a partir de jan/21	10,68%	A
ETO X ENERGISA PREV - Déficit 2020 (5)	194	-	INPC + 4.75% a.a.	fev/36	Mensal a partir de abr/22	10,68%	A
ETO X ENERGISA PREV - Déficit 2020 (5)	1.756	-	INPC + 5.17% a.a.	fev/38	Mensal a partir de abr/22	11,10%	A
ETO - 1ª Emissão Nota Comercial	104.240	-	CDI + 1.55% a.a.	set/25	Final	13,94%	A
(-) Custo com captação	(674)	(791)					
Total em Moeda Nacional	288.668	181.728					
Loan Citi - 4131 (1 e 6)	-	31.326	LIBOR + 1.70% a.a.	mai/22	Anual a partir de mai/21	-2,40%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1 e 6)	-	31.317	LIBOR + 1.80% a.a.	mai/22	Anual a partir de mai/21	-2,30%	A
ETO X BAML - LOAN 4131 - 28012021 (1 e 6)	80.483	86.080	USD + 1.83% a.a.	fev/24	Final	-4,67%	A
(-) Custo com captação	-	(87)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(2.937)	(16)					
Total em Moeda Estrangeira	77.546	148.620					
Total ETO	366.214	330.348					
ESS							
ESS X BNDES - 20.2.0497-1	138.462	138.636	IPCA + 2.10% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de abr/22	10,88%	A + R
ESS X ENERGISA PREV - Migração (4)	12.954	7.731	INPC + 4.91% a.a.	abr/30	Mensal a partir de jan/21	10,84%	A
ESS X ENERGISA PREV - Déficit 2017 (5)	32	73	INPC + 5.45% a.a.	nov/33	Mensal a partir de jan/21	11,38%	A
ESS X ENERGISA PREV - Déficit 2017 2018 2019 (5)	181	400	INPC + 4.75% a.a.	ago/29	Mensal a partir de jan/21	10,68%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 1ª SERIE	-	9.255	CDI + 1.50% a.a.	ago/22	Final	13,39%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 2ª SERIE	11.178	9.801	CDI + 1.50% a.a.	ago/23	Final	13,89%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 3ª SERIE	107.299	94.079	CDI + 1.50% a.a.	ago/24	Final	13,89%	A
ESS X ENERGISA PREV - Déficit (5)	2.240	-	INPC + 4.75% a.a.	fev/36	Mensal a partir de abr/22	10,68%	A
ESS X ENERGISA PREV - Déficit (5)	379	-	INPC + 5.17% a.a.	fev/38	Mensal a partir de abr/22	11,10%	A
ESS - 1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL	160.811	-	CDI + 1.55% a.a.	jul/26	Anual a partir de jul/25	13,94%	A
(-) Custo com captação	(1.739)	(997)					
Total em Moeda Nacional	431.797	258.978					
Loan Citi - 4131 (1 e 6)	-	19.143	LIBOR + 1.70% a.a.	jun/22	Anual a partir de jun/21	-2,40%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1 e 6)	-	19.147	LIBOR + 1.80% a.a.	jun/22	Anual a partir de jun/21	-2,30%	A
Merrill lynch Loan (1 e 6)	-	154.544	EURO + 0.87% a.a.	jun/22	Final	-11,02%	A
Scotiabank Loan (1 e 6)	-	68.646	USD + 2.20% a.a.	dez/22	Final	-4,30%	A
Merrill lynch Loan (1 e 6)	148.829	168.909	EURO + 0.73% a.a.	jan/23	Final	-11,16%	A
Scotiabank Loan - 14122021 (1 e 6)	128.637	137.599	USD + 1.98% a.a.	dez/24	Final	-4,52%	A
Scotiabank Loan - 13102022 (1 e 6)	64.960	-	USD + 5,25% a.a.	out/25	Final	-1,25%	A
(-) Custo com captação	-	(52)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(6.866)	200					
Total em Moeda Estrangeira	335.560	568.136					
Total ESS	767.357	827.114					
CTCE							
Credores "RJ"	5.875	5.333	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%	-

Total em Moeda Nacional	5.875	5.333
Total CTCE	5.875	5.333
Em Moeda Nacional	3.655.548	3.421.811
Em Moeda Estrangeira	2.792.938	2.091.992
Total Rede Consolidada	6.448.486	5.513.803

(^c) A=Aval Energisa S/A, R=Recebíveis.

(1) Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (^c)	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 em diante Para os financiamentos do BAML (com exceção de duas captações com vencimento em 02/2023), EDC, Citibank e Scotiabank com vencimento até 02/2024, com o Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento Para os financiamentos com Scotiabank, Citi e BAML com vencimentos a partir de 03/2024	Trimestral e Anual
(^c)EBTIDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3x, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato: Para os financiamentos com o BNDES.	

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 34). Em 31 de dezembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (2) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “*hedge*” de valor justo ou pela designação como “*Fair Value Option*” (vide nota explicativa nº 34).
- (3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo de 31 de dezembro de 2022. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 34.
- (4) Contato firmado com a Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, em decorrência da migração dos planos de benefício definido para o plano de contribuição definida, ocorrida nos anos de 2020, 2021 e 2022.
- (5) Alteração efetuada nos planos de previdência em função da Instrução PREVIC nº 31/2020, incorrendo em uma reclassificação na patrocinadora entre as rubricas benefício pós emprego e empréstimo, financiamentos e encargos de dívidas. Os contratos têm como finalidade a cobertura dos déficits dos planos de previdência.
- (6) Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 34).

Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$65.339 (R\$88.575 em 2021), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante.

A Companhia e suas controladas possuem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2022	2021
US\$ x R\$	-6,50%	7,39%
SELIC	12,46%	4,38%
CDI	12,39%	4,42%
IPCA	5,78%	10,06%
LIBOR	2,40%	0,16%
TR	1,63%	0,05%
Euro	-11,89%	(0,89%)

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2024	-	1.298.772
2025	-	1.589.556
2026	-	325.849
2027	-	151.265
Após 2027	221.086	1.654.734
Total	221.086	5.020.176

21. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Saldos em 2021	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado					
Pré Fixado	74.158	(3.339)	3.321	7.876	82.016
Total ao custo amortizado	74.158	(3.339)	3.321	7.876	82.016
Circulante	1.409				1.391
Não Circulante	72.749				80.625

	Controladora				
	Saldos em 2020	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado					
Pré Fixado	67.314	(3.339)	3.339	6.844	74.158
Total ao custo amortizado	67.314	(3.339)	3.339	6.844	74.158
Circulante	1.409				1.409
Não Circulante	65.905				72.749

	Consolidado								
	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado									
Pré Fixado	74.158	-	-	(3.335)	3.317	-	-	7.876	82.016
Pos Fixado									
CDI	1.681.640	270.000	(279.294)	(199.556)	225.116	-	-	-	1.697.906
IPCA	2.664.764	431.000	(270.188)	(154.033)	310.449	-	-	-	2.981.992
(-) Custo com captação	(46.816)	-	-	-	10.688	(13.391)	-	-	(49.519)
Marcação a mercado	19.344	-	-	-	-	-	(96.508)	-	(77.164)
Total ao custo amortizado	4.393.090	701.000	(549.482)	(356.924)	549.570	(13.391)	(96.508)	7.876	4.635.231

Circulante
Não Circulante

600.911
3.792.179

742.447
3.892.784

	Consolidado								
	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado									
Pré Fixado	67.314	-	-	(3.339)	3.339	-	-	6.844	74.158
Pos Fixado									
CDI	2.058.841	-	(399.533)	(78.621)	100.953	-	-	-	1.681.640
IPCA	1.704.789	752.000	-	(86.845)	294.820	-	-	-	2.664.764
(-) Custo com captação	(32.517)	-	-	-	8.767	(23.066)	-	-	(46.816)
Marcação a mercado	170.969	-	-	-	-	-	(151.625)	-	19.344
Total ao custo amortizado	3.969.396	752.000	(399.533)	(168.805)	407.879	(23.066)	(151.625)	6.844	4.393.090
Circulante	429.417								600.911
Não Circulante	3.539.979								3.792.179

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	2022	2021							
REDE ENERGIA									
Debêntures 4ª Emissão	82.016	74.158	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	nov-35	Final	1,00%	SG
Total REDE ENERGIA	82.016	74.158							
ETO									
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	-	51.774	15/06/2017	39771 / 39771	IPCA + 5.60% a.a.	jun/22	Final	11,38%	SG
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	49.063	46.483	15/06/2017	35696 / 35696	IPCA + 5.66% a.a.	jun/24	Final	11,44%	SG
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	-	12.050	15/10/2017	9526 / 9526	IPCA + 4.49% a.a.	out/22	Final	10,27%	SG
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2.372	2.247	15/10/2017	1775 / 1775	IPCA + 4.71% a.a.	out/24	Final	10,49%	SG
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	4.418	4.185	15/10/2017	3304 / 3304	IPCA + 5.11% a.a.	out/27	Final	10,89%	SG
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	-	39.468	15/10/2017	116395 / 116395	107.750% CDI	out/22	Anual a partir de out/20	13,35%	SG
Debêntures 4ª Emissão	308.701	292.403	15/09/2018	240000 / 240000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de out/23	10,86%	A
Debêntures 5ª Emissão 1ª Série	239.417	238.972	10/06/2019	237596 / 237596	CDI + 0.95% a.a.	jun/24	Final	13,34%	A
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	163.667	163.364	10/06/2019	162404 / 162404	CDI + 1.15% a.a.	jun/26	Final	13,54%	A
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	8.271	7.840	11/10/2020	6880 / 6880	IPCA + 4.23% a.a.	out/27	Final	10,01%	SG
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	63.891	60.565	11/10/2020	53120 / 53120	IPCA + 4.47% a.a.	out/30	Anual a partir de out/28	10,25%	SG
Debêntures 7ª Emissão	89.475	84.555	15/10/2021	82000 / 82000	IPCA + 6.09% a.a.	out/31	Anual a partir de out/29	11,87%	SG
Debêntures 8ª Emissão 1ª Série	57.076	-	15/04/2022	55.689 / 55.689	IPCA + 6.16% a.a.	abr/29	Anual a partir de abr/27	11,94%	SG
Debêntures 8ª Emissão 2ª Série	35.174	-	15/04/2022	34.311 / 34.311	IPCA + 6.28% a.a.	abr/32	Anual a partir de abr/30	12,06%	SG
(-) Custo com captação	(6.595)	(6.691)							
Marcação à Mercado de Dívida	(15.308)	395							
Total ETO	999.622	997.610							
EMS									
Debêntures 8ª Emissão	-	102.263	15/09/2017	30000 / 30000	107.500% CDI	set/22	Anual a partir de Set/20	13,32%	A
Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	-	13.614	15/10/2017	10762 / 10762	IPCA + 4.49% a.a.	out/22	Final	10,27%	SG

Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	2.680	2.538	15/10/2017	2006 / 2006	IPCA + 4.71% a.a.	out/24	Final	10,49%	SG
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	4.992	4.728	15/10/2017	3733 / 3733	IPCA + 5.11% a.a.	out/27	Final	10,89%	SG
Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	-	44.590	15/10/2017	131499 / 131499	107.750% CDI	out/22	Anual a partir de Out/20	13,35%	SG
Debêntures 11ª Emissão	199.370	188.843	15/09/2018	155000 / 155000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de set/23	10,86%	A
Debêntures 12ª Emissão	110.829	110.623	10/06/2019	110000 / 110000	CDI + 0.73% a.a.	jun/24	Final	13,12%	A
Debêntures 13ª Emissão	-	19.339	22/01/2020	7500 / 7500	CDI + 0.70% a.a.	jan/22	Semestral a partir de jul/20	13,09%	A
Debêntures 14ª Emissão	146.919	143.914	25/08/2020	139471 / 139471	CDI + 2.30% a.a.	ago/25	Anual a partir de ago/23	14,69%	A
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	10.327	9.789	11/10/2020	8590 / 8590	IPCA + 4.23% a.a.	out/27	Final	10,01%	SG
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	79.876	75.719	11/10/2020	66410 / 66410	IPCA + 4.47% a.a.	out/30	Anual a partir de out/28	10,25%	SG
Debêntures 16ª Emissão	349.170	329.970	15/10/2021	320.000 / 320.000	IPCA + 6.09% a.a.	out/31	Anual a partir de out/29	11,87%	A
Debêntures 17ª Emissão	157.816	-	22/08/2022	150.000 / 150.000	CDI + 1.60% a.a.	ago/27	Anual a partir de out/26	13,99%	A
(-) Custo com captação	(12.927)	(14.424)							
Marcação à Mercado de Dívida	(18.247)	9.148							
Total EMS	1.030.805	1.040.654							
EMT									
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	-	106.598	15/06/2017	81885 / 81885	IPCA + 5.60% a.a.	jun/22	Final	11,38%	SG
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	101.015	95.704	15/06/2017	73494 / 73494	IPCA + 5.66% a.a.	jun/24	Final	11,44%	SG
Debêntures 7ª Emissão 1ª Série	-	13.338	15/10/2017	10544 / 10544	IPCA + 4.49% a.a.	out/22	Final	10,27%	SG
Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	2.625	2.487	15/10/2017	1965 / 1965	IPCA + 4.71% a.a.	out/24	Final	10,49%	SG
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	4.890	4.632	15/10/2017	3657 / 3657	IPCA + 5.11% a.a.	out/27	Final	10,89%	SG
Debêntures 7ª Emissão 4ª Série	-	43.685	15/10/2017	128834 / 128834	107.750% CDI	out/22	Anual a partir de out/20	13,35%	SG
Debêntures 9ª Emissão	495.207	469.059	15/09/2018	385000 / 385000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de set/23	10,86%	A
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	118.386	118.164	10/06/2019	117500 / 117500	CDI + 0.73% a.a.	jun/24	Final	13,12%	A
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.751	32.689	10/06/2019	32500 / 32500	CDI + 1.05% a.a.	jun/29	Anual a partir de jun/27	13,44%	A
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	136.912	133.742	15/02/2020	130000 / 130000	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Final	13,34%	A
Debêntures 12ª Emissão	401.719	393.503	25/08/2020	381354 / 381354	CDI + 2.30% a.a.	ago/25	Anual a partir de ago/23	14,69%	A
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	72.247	68.431	15/10/2020	60100 / 60100	IPCA + 4.23% a.a.	out/27	Final	10,01%	A
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	84.069	79.628	15/10/2020	69900 / 69900	IPCA + 4.47% a.a.	out/30	Anual a partir de out/28	10,25%	A
Debêntures 14ª Emissão	381.905	360.906	15/10/2021	350000 / 350000	IPCA + 6.09% a.a.	out/31	Anual a partir de out/29	11,87%	A
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	168.533	-	15/04/2022	164.437 / 164.437	IPCA + 6.16% a.a.	abr/29	Anual a partir de abr/27	11,94%	A
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	97.966	-	15/04/2022	95.563 / 95.563	IPCA + 6.28% a.a.	abr/32	Anual a partir de abr/30	12,06%	A
(-) Custo com captação	(24.132)	(22.281)							
Marcação à Mercado de Dívida	(37.263)	9.614							
Total EMT	2.036.830	1.909.899							
ESS									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	-	56.034	15/06/2017	18397 / 18397	IPCA + 5.60% a.a.	jun/22	Final	11,38%	SG
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	53.098	50.307	15/06/2017	16511 / 16511	IPCA + 5.66% a.a.	jun/24	Final	11,44%	SG
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	-	10.854	15/10/2017	8580 / 8580	IPCA + 4.49% a.a.	out/22	Final	10,27%	SG
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2.136	2.023	15/10/2017	1599 / 1599	IPCA + 4.71% a.a.	out/24	Final	10,49%	SG
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	3.981	3.770	15/10/2017	2977 / 2977	IPCA + 5.11% a.a.	out/27	Final	10,89%	SG

Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	-	35.551	15/10/2017	104844 / 104844	107.750% CDI	out/22	Anual a partir de out/20	13,35%	SG
Debêntures 4ª Emissão	90.038	85.285	15/09/2018	70000 / 70000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de set/23	10,86%	A
Debêntures 5ª Emissão	63.237	61.773	15/02/2020	60000 / 60000	CDI + 1.15% a.a.	fev/25	Final	13,54%	A
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	8.271	7.840	11/10/2020	6880 / 6880	IPCA + 4.23% a.a.	out/27	Final	10,01%	SG
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	63.891	60.565	11/10/2020	53120 / 53120	IPCA + 4.47% a.a.	out/30	Anual a partir de out/28	10,25%	SG
Debêntures 7ª Emissão	87.264	-	15/01/2022	81.000 / 81.000	IPCA + 6.10% a.a.	jan/32	Anual a partir de jan/30	11,88%	A
Debêntures 8ª Emissão	126.253	-	22/08/2022	120.000 / 120.000	CDI + 1.60% a.a.	ago/27	Anual a partir de ago/26	13,99%	A
(-) Custo com captação	(5.865)	(3.420)							
Marcação à Mercado de Dívida	(6.346)	187							
Total ESS	485.958	370.769							
TOTAL	4.761.914	4.420.562							
(-) Custo com captação	(49.519)	(46.816)							
Marcação à Mercado de Dívida	(77.164)	19.344							
Total em moeda nacional	4.635.231	4.393.090							
Total Rede Consolidada	4.635.231	4.393.090							

(*) A = Aval Energisa S/A e SG = Sem Garantia

As debêntures de 4ª emissão da Controladora com o Banco do Nordeste do Brasil S/A foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$265.806 (R\$268.871 em 2021) de ajuste a valor presente.

Condições de covenants:

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida Líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 em diante Para a 9ª, 10ª e 11ª emissões da EMT, 11ª, 12ª e 13ª emissões da EMS, 4ª e 5ª emissões da ETO, 4ª e 5ª emissões da ESS	
(*) EBTIDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios	Menor ou igual a: 4,0x até a data de vencimento (não considera CVA no cálculo) Para 8ª emissão da EMS	Trimestral e Anual
	Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento Para 14ª, 15ª e 16ª emissões da EMS e 12ª, 13ª e 14ª emissões da EMT	

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2022, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2024	-	1.188.322
2025	-	579.831
2026	-	292.326
2027	-	328.019
Após 2027	80.625	1.504.286
Total	80.625	3.892.784

22. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021 (reapresentado)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ⁽¹⁾	-	-	977.671	886.393
Impostos sobre Serviços - ISS	-	-	16.586	13.266
Encargos Sociais	1	1	32.980	36.094
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ ⁽²⁾	-	-	21.339	36.172
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL ⁽²⁾	3	-	7.559	14.175
Contribuições ao PIS e COFINS	178	93	85.716	52.608
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	618	510	7.702	6.870
Tributos e contribuições retidos na fonte (PIS/COFINS/CSLL)			7.700	6.874
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	1	1	-	-
Outros	9	18	7.072	7.081
Total	810	623	1.164.325	1.059.533
Circulante	810	623	336.272	439.573
Não Circulante	-	-	828.053	619.960

⁽¹⁾ ICMS - a controlada Energisa Sul Sudeste, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda" no montante de R\$42.976 (R\$41.691 em 2021) com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, EMS, ESS e ETO possuem R\$754.063 (R\$555.217 em 2021) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 7). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante.

⁽²⁾ Inclui IRPJ e CSLL incidente sobre juros e acréscimos moratórios cobrados nas notas fiscais/contas de energia elétrica. A controlada EMS possui liminar de suspensão de cobrança com depósito judicial.

23. Parcelamento de impostos - consolidado

A controlada ESS possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo de ICMS, conforme demonstrado abaixo

Descrição	ICMS
Principal	1.457
Multa	414
Juros	2.761
Total parcelado	4.632
Forma de adesão	Ordinário
Índice de atualização	SELIC
Vigência do parcelamento	04/2013 a 05/2023

A movimentação do exercício está demonstrada abaixo:

Descrição	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020	22.365	37.278
Atualização	1.658	3.542
Baixas	(19.391)	(18.455)
Saldo em 2022 e 2021	4.632	22.365
Circulante	4.632	17.314
Não Circulante	-	5.051
Número de parcelas a vencer	5	17

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	2022
2023	4.632
Total	4.632
Circulante	4.632

24. Encargos setoriais - consolidado

	2022	2021 (reapresentado)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	26.792	26.719
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT ⁽¹⁾	3.094	3.765
Ministério de Minas e Energia - MME ⁽¹⁾	1.547	1.885
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL ⁽¹⁾	13.199	18.803
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D ⁽¹⁾	106.120	98.769
Programa de Eficiência Energética - PEE ⁽¹⁾	113.068	116.027
Total	263.820	265.968
Circulante	212.967	197.492
Não circulante	50.853	68.476

⁽¹⁾ Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 0673 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa SELIC.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa nº 11 - Outros créditos - Ordens de serviços em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis e intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas a concessão.

25. Incorporação de redes - consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO e ESS até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Sobre os saldos das incorporações de redes incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros. A partir de 01 de julho de 2022, os valores devidos, passaram a ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021.

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020	107.237	115.459
Adição no exercício	187.626	51.975
Atualização monetária e juros	90.760	34.495
Baixas/pagamentos	(273.415)	(94.692)
Saldo em 2022 e 2021	112.208	107.237
Circulante	112.208	107.237

26. Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal e regulatório - consolidado

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, tributária e regulatória.

26.1. Perdas prováveis:

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

Consolidado	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatório	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020 - Não circulante	61.555	144.123	3.725	24.089	233.492	307.660
Constituições de provisões	42.216	101.069	10	6.867	150.162	60.662
Reversões de provisões	(29.807)	(54.130)	(1.793)	(11.068)	(96.798)	(41.618)
Pagamentos realizados	(41.355)	(63.545)	(17)	-	(104.917)	(110.929)
Atualização monetária	(3.494)	437	130	(3.560)	(6.487)	17.717
Saldos em 2022 e 2021 - Não circulante	29.115	127.954	2.055	16.328	175.452	233.492
Cauções e depósitos vinculados ⁽¹⁾					(29.220)	(34.437)

⁽¹⁾ As controladas diretas e indiretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$256.332 (R\$251.835 em 2021). Deste total, R\$59.403 (R\$51.384 em 2021) correspondem aos depósitos correspondentes ao ICMS incidente sobre a subvenção econômica de baixa renda que se encontram em discussões judiciais, com contrapartida reconhecida na rubrica de tributos e contribuições sociais e R\$167.709 (R\$166.014 em 2021), não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Trabalhistas

Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a pedidos de horas extras/reflexos e verbas rescisórias atrelados a funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregado. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda, conforme avaliação dos assessores jurídicos. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham

juízo final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia e controladas serem vencidas nas ações.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede, faixas de domínio; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no Serasa.

Fiscais

Referem-se a discussões relacionadas a PIS, COFINS, INSS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

Regulatórios

As controladas EMT, EMS, ETO e ESS possuem processos de contingências regulatórias junta à ANEEL, referente a descumprimento de preceito regulatório.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

26.2. Perdas possíveis:

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação com as perdas possíveis:

Controladora	Cível	Fiscal	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020	59.206	12.436	71.642	60.876
Mudança de prognósticos e valor pedido	(9)	(501)	(510)	7.186
Encerramento de processos	-	-	-	(1.599)
Atualização monetária	3.538	1.319	4.857	5.179
Saldos em 2022 e 2021	62.734	13.255	75.989	71.642

Consolidado	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatório	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020	102.537	1.456.839	750.139	39.077	2.348.592	2.942.821
Novos processos	6.015	26.617	51.111	37.716	121.459	222.682
Mudança de prognósticos e valor pedido	(41.268)	28.344	(96.682)	(17.037)	(126.643)	(216.053)
Encerramento de processos	(13.997)	(67.710)	(949)	-	(82.656)	(788.073)
Atualização monetária	5.670	88.838	84.854	3.869	183.231	187.215
Saldos em 2022 e 2021	58.957	1.532.928	788.473	63.625	2.443.983	2.348.592

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Ações judiciais de natureza trabalhista referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede, faixas de domínio; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no Serasa.

Principais processos:

Rede Energia - Controladora

. Ação 01415375820128260100 de execução por quantia certa com montante envolvido de R\$59.749 (R\$56.381 em 2021), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial.

EMT

. Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 no montante de R\$382.284 (R\$362.619 em 2021) onde autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO para a implantação de redes de distribuição de energia elétrica, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041, no montante de R\$88.940 (R\$83.926 em 2021), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041, no montante de R\$50.402 (R\$47.560 em 2021), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$43.532 (R\$41.078 em 2021), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

. Ação de indenização 1005691-76.2017.8.11.0041, no montante de R\$36.186 (R\$34.146 em 2021), onde se discute matéria relacionada a cláusulas contratuais.

EMS

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$214.715 (R\$202.610 em 2021), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$75.900 (R\$75.225 em 2021), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário da controlada EMS, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

ETO

Processo 0007336-94.2008.4.01.3400 com valor envolvido de R\$42.396 (R\$40.006 em 2021) onde se discute questões contratuais envolvendo reintegração/desapropriação de área para construção de linhas de distribuição de alta tensão e subestações.

CTCE

Processo de arbitragem 07/2021 recebido em novembro/21 com valor envolvido de R\$43.185 (R\$42.990 em 2021), movido pela Tocantins Energética para o pagamento de multa pela suposta rescisão injustificada de contrato

mantido entre as partes. Ainda que venha a ser condenada no valor pleiteado, a Companhia entende que o pagamento se submete aos termos do Plano de Recuperação Judicial da CTCE.

Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (iv) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (v) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo permanente da empresa; (vi) escrituração de documento fiscal; (vii) multa não escrituração CIAP; (viii) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda; e (ix) os reflexos das perdas não técnicas na base de cálculo do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

Principais processos:

EMT

. Processo nº 14094.720008/2018-36, no montante de R\$94.515 (R\$87.017 em 2021) relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do de 2014 a 2016.

. Processo 0010774-95.2017.4.01.3600, no montante de R\$135.553 (R\$120.997 em 2021), envolvendo discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da empresa no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, ocorrido em 2011, com a respectiva perda dos benefícios concedidos.

. Ação Administrativa 59994/2012, no montante de (R\$87.841 em 2021), relacionado à concessão de benefício fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS Estado do Mato Grosso, teve o prognóstico alterado de possível para remoto, em razão de decisão em segunda instância que afastou as penalidades e pedidos de ressarcimento a todos os responsáveis condenados solidariamente.

EMS

. Ação Ordinária 5009015-61.2019.4.03.6000, com montante envolvido de R\$83.307 (R\$74.361 em 2021), na qual se discute a cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que foram restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

ETO

. Processo 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa no montante envolvido de R\$222.240 (R\$206.707 em 2021). Questões relacionadas ao mérito estão sendo discutidas na ação anulatória nº 0013057-97.2015.8.27.2729, proposta pela Companhia previamente à cobrança do Estado.

Regulatórios

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente a suposto descumprimento de preceito regulatório.

EMT

. Processo administrativo 48500.000719/2022, no montante de R\$38.901 recebido em agosto de 2022, envolvendo discussão sobre limites regulatórios para indicadores de DEC e FEC.

27. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021 (reapresentado)
Participações empregados e administradores	-	-	46.066	51.968
Outros Benefícios a empregados	-	-	7.944	8.160
Entidade Seguradora	-	-	7.220	5.326
Retenção de caução contratual empreiteiras	-	-	9.578	27.408
Adiantamentos de clientes e consumidores	152	152	46.135	46.873
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	16.822	16.822
Encargos Tarifários	-	-	7.393	2.726
Bônus de redução voluntária de consumo ⁽¹⁾	-	-	3.882	158.239
Transferência de Ativos Global Energia Elétrica	-	-	10.468	10.468
Ressarcimento EBP - Salto Paraíso ⁽²⁾	-	-	60.658	44.759
Ressarcimento Sistema PCH Rio Claro ⁽³⁾	-	-	14.664	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de PIS/COFINS ⁽³⁾	-	-	2.097.497	2.416.299
Credores Recuperação Judicial	-	-	82.149	71.041
Outras contas a pagar	278	280	72.753	78.264
Total	430	432	2.483.229	2.938.353
Circulante	278	279	215.097	359.023
Não Circulante	152	153	2.268.132	2.579.330

⁽¹⁾ Vide nota explicativa nº 9.4;

⁽²⁾ Ressarcimento EBP - Salto Paraíso - refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela controladora EMT à EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD"). O saldo é atualizado mensalmente com aplicação da variação do índice IPCA com liquidações mensais, iniciadas em junho de 2018.

⁽³⁾ Ressarcimento Sistema PCH Rio Claro - refere-se ao ressarcimento de ativos elétricos com a incorporação da LD 138KV Coletora Rio Claro no montante de R\$22.000, a ser pago pela controladora EMT à Hidroelétrica Rio Claro Ltda, em 6 parcelas, tendo sido iniciado o pagamento em outubro/22.

Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - Consolidado

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF, decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

Transitaram em julgado em seus respectivos Tribunais Regionais Federais decisões favoráveis nos processos das subsidiárias, tendo ocorrido em julho de 2019 referente a ETO, em maio de 2020, agosto de 2021 e fevereiro de 2022 referente a ESS, em setembro de 2021, referente a EMT e em março de 2022 referente a EMS. Os demais processos nos quais discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, as controladas diretas ETO, ESS, EMT e EMS reconheceram o montante de R\$2.097.495 (R\$2.416.299 em 2021) no consolidado, líquido de honorários devidos aos advogados e de tributos incidentes. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022 a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O Art 3º da referida Lei também prevê que a Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, após o requerimento realizado perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

O resumo dos impactos são como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020 - passivo não circulante	2.416.299	277.760
Valores a serem repassados aos Consumidores - Novos Entrantes	-	1.716.654
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	200.070	487.955
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos	(9.453)	(23.909)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos Consumidores ⁽¹⁾	(509.509)	(42.161)
Saldos em 2022 e 2021 - passivo não circulante	2.097.407	2.416.299

⁽¹⁾ Vide nota explicativa nº 10

28. Patrimônio líquido

28.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$3.223.218 (R\$3.223.218 em 2021), representando por 2.110.323 (2.110.323 em 2021) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 3.000.000.000 ações ordinárias, cabendo ao Conselho de Administração à deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

28.2. Reserva de capital

	2022	2021
Transação entre sócios ⁽¹⁾	(14.577)	(14.590)
Incentivos fiscais de Reinvestimentos ⁽²⁾	15.213	2.939
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽³⁾	7.920	6.395
Total	8.556	(5.256)

⁽¹⁾ Inclui ganhos e perdas apurados pelo aumento de percentual de participação no capital social de controladas e de distribuição de dividendos diferenciados atribuídos às ações ordinárias e preferencias de controladas.

Transações entre sócios	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020	(14.590)	4.595
Transações entre sócios - reflexo ⁽¹⁾	13	(19.185)
Saldo em 2022 e 2021	(14.577)	(14.590)

⁽¹⁾ inclui parcela reflexa do percentual de participação nas controladas ESS, EMS, Rede Power, EMT, ETO, Multi Energisa, QMRA e CTCE, referente a transações contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

⁽²⁾ Incentivos fiscais de reinvestimentos - instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997 e Medida Provisória nº 2.199/2014 que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo o reinvestimento correspondente a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os incentivos fiscais de Reinvestimento de 30% do IRPJ concedidos pela SUDAM à Companhia submetem-se às normas estabelecidas no Manual de Incentivos Fiscais da SUDAM, segundo o qual a incorporação dos recursos ao capital social da empresa deve ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela SUDAM, de forma que a Companhia deverá proceder, quando for o caso, a distribuição de ações ou quotas aos acionistas ou sócios, na forma estabelecida na legislação

⁽³⁾ Programa de remuneração variável (ILP) - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 12).

28.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

28.4. Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

O montante destinado para a reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$121.789, retido com base no orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

28.5. Reservas de lucros - redução de incentivo fiscal (imposto de renda/reinvestimento) - controladas

As controladas EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Seguem as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda	
			2022	2021
EMT	SUDAM	114/2014	188.324	215.844
ETO	SUDAM	113/2014	52.907	57.493
Total			241.231	273.337

Em 2022 foi apurado R\$13.465 (R\$10.586 da controlada EMT e R\$2.879 da ETO) referente ao Incentivo fiscal de Reinvestimento - vide Nota Explicativa 28.2.

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" no consolidado e foram destinados a reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

28.6. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício ⁽¹⁾	1.486.267	1.518.709
Absorção de prejuízos com realização de reservas	(80.575)	-
Reserva legal (5%)	(70.285)	(75.936)
Lucro líquido ajustado	1.335.407	1.442.773
Dividendos obrigatórios 25%	333.852	360.693
. Valores pagos em 12 de julho de 2021- correspondem a R\$0,1618105539 por ação ordinária ⁽¹⁾	-	341.473
. Valores pagos em 25 de agosto de 2022 - R\$0,170589969497253(Valores pagos em 27 de agosto de 2021 - R\$0,0,1775327645) por ação ordinária ⁽¹⁾	360.000	374.651
. Valores pagos em 28 de novembro de 2022 - R\$0,1900000000 por ação ordinária ⁽¹⁾	400.961	-
. Valores pagos em 10 de dezembro de 2021, correspondem a R\$0,1827804013 por ação ordinária ⁽¹⁾	-	385.726
. Dividendos adicionais propostos - correspondem a R\$0,214496510620872 (R\$0,161550313355 em 2021) por ação ordinária ⁽²⁾	452.657	340.923
Total dos dividendos	1.213.618	1.442.773
% sobre o lucro líquido ajustado	91%	100%

⁽¹⁾ O lucro líquido do exercício em 2021 foi reapresentado conforme nota explicativa 3.3

⁽¹⁾ Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 11 de agosto e 10 de novembro de 2022, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho e 30 de setembro de 2022, respectivamente.

⁽²⁾ Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

28.7. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização - do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação nos exercícios de 2022 e 2021:

	2022	2021
Saldo em - 2021 e 2020	(46.877)	(108.142)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	31.712	92.826
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(10.782)	(31.561)
Saldo em - 2022 e 2021	(25.947)	(46.877)

28.8. Participação de acionistas não controladores

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2021 (Reapresentado)	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Saldo em 2022
. Energisa Mato Grosso	42,32%	1.240.467	486.021	(327.967)	2.941	7.391	1.408.853
. Energisa Tocantins	23,33%	222.405	62.508	(38.012)	(225)	917	222.405
. Energisa Mato Grosso do Sul	0,07%	764	336	(327)	9	-	7.641
. Rede Power do Brasil	0,01%	57	6	(17)	-	-	56
. Energisa Sul Sudeste	0,75%	4.278	979	(1.077)	34	3	4.278
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	0,02%	(44)	(2)	-	-	-	(46)
. Multi Energisa Serviços S/A	0,10%	12	8	(7)	-	-	14
		1.467.939	549.856	(367.407)	2.759	8.311	1.661.458

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2020 (reapresentado)	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Saldo em 2021 (reapresentado)
. Energisa Mato Grosso	42,32%	1.267.162	412.010	(452.417)	13.184	528	1.240.467
. Energisa Tocantins	23,33%	213.681	51.382	(37.705)	2.707	(7.660)	222.405
. Energisa Mato Grosso do Sul	0,07%	866	3333	(441)	6	-	764
. Rede Power do Brasil	0,01%	53	25	(21)	-	-	57
. Energisa Sul Sudeste	0,75%	4.506	1.068	(1.486)	187	3	4.278
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	0,02%	(44)	-	-	-	-	(44)
. Multi Energisa Serviços S/A	0,10%	11	9	(8)	-	-	12
		1.486.235	464.827	(492.078)	16.084	(7.129)	1.467.939

29. Receita operacional - consolidada

	2022			2021 (reapresentado)		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	3.509.256	8.085.105	7.431.750	3.362.585	8.028.834	7.316.593
Industrial	29.413	1.140.890	1.047.070	30.191	1.176.472	1.054.564
Comercial	281.607	3.227.715	3.093.940	277.233	3.296.718	3.122.199
Rural	340.893	2.372.406	1.986.236	395.600	2.547.922	1.932.471
Poder público	36.108	926.094	855.494	35.553	803.895	724.455
Iluminação pública	5.956	887.951	500.990	5.416	936.339	549.060
Serviço público	5.326	478.424	387.872	5.180	495.175	388.694
Consumo próprio	966	24.722	-	964	25.085	-
Subtotal	4.209.525	17.143.307	15.303.352	4.112.722	17.310.440	15.088.036
Suprimento de energia a concessionárias	-	2.602.495	250.399	-	2.616.913	716.854
Fornecimento não faturado líquido	-	18.241	101.976	-	(32.629)	189.866
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	1.375	-	1.794.712	1.160	-	1.561.601
Bônus de redução voluntária de consumo	-	-	-	-	-	(158.239)
Bônus - Reembolso do Fundo CDE	-	-	-	-	-	158.239
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	2.127.957	-	-	1.368.636
Serviços Especializados	-	-	17.339	-	-	15.943
Penalidades regulatórias	-	-	(94.813)	-	-	(55.890)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - outros passivos	-	-	-	-	-	(1.716.654)

	2022			2021 (reapresentado)		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - tributos a recuperar	-	-	-	-	-	1.716.654
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	347.661	-	-	509.614
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	685.534	-	-	1.671.398
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	957.868	-	-	869.279
Outras receitas operacionais	-	-	212.769	-	-	177.076
Total - receita operacional bruta	4.210.900	19.764.043	21.704.754	4.113.882	19.894.724	22.112.413
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	2.979.279	-	-	3.697.149
PIS	-	-	268.336	-	-	294.063
COFINS	-	-	1.235.973	-	-	1.354.471
CPRB	-	-	1.534	-	-	1.471
ISS	-	-	2.436	-	-	2.168
Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT	-	-	-	-	-	(45.182)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	50.224	-	-	53.483
Encargos de consumidor - Procel	-	-	12.559	-	-	13.370
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.949.189	-	-	1.310.424
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	23.407	-	-	26.739
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	25.116	-	-	26.715
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	14.268	-	-	13.377
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	22.664	-	-	19.517
Total - deduções da receita operacional	-	-	6.584.985	-	-	6.767.765
Total - receita operacional líquida	4.210.900	19.764.043	15.119.769	4.113.882	19.894.724	15.344.648

(1) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

30. Custos e despesas operacionais - consolidado

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza do Gasto	Controladora		
	Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	Total	
		2022	2021
Pessoal e administradores	-	-	6
Serviços de terceiros	581	581	573
Provisões para contingências	1	1	-
Outras	395	395	1.653
	977	977	2.232

Consolidado						
	Custo do Serviço			Despesas Operacionais	Total	
	Com Energia Elétrica	Custo de Operação	Prestado a Terceiros	Gerais e Administrativas	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda	5.572.308	-	-	-	5.572.308	7.508.994
Encargo de uso de sistema de transmissão e distribuição	1.285.040	-	-	-	1.285.040	1.146.029
Pessoal e administradores	-	422.409	65	219.726	642.200	655.823
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	3.041	3.041	3.855
Benefícios pós emprego	-	11.294	(25)	13.139	24.408	40.182
Material	-	102.878	129	39.935	142.942	123.319
Serviços de terceiros	-	330.008	1	345.026	675.035	608.342
Amortização e depreciação	-	637.948	-	50.525	688.473	635.334
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	234.107	-	-	234.107	131.990
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-	(161)	-	55.865	55.704	(91.885)
Custo de construção da infraestrutura	-	-	2.127.957	-	2.127.957	1.368.636
Outras	-	32.890	-	84.083	116.973	134.358
	6.857.348	1.771.373	2.128.127	811.340	11.568.188	12.264.977

Energia elétrica comprada para revenda - consolidado

Consolidado	MWh ⁽¹⁾		R\$	
	2022	2021	2022	2021
Energia de Itaipu - Binacional	3.164.877	3.165.061	935.063	1.391.831
Energia de leilão	9.848.096	9.582.213	2.216.465	2.507.477
Energia bilateral e outros suprimentos	3.587.016	4.312.833	1.289.315	1.312.166
Reembolso CCC	-	-	(35.240)	(30.501)
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12 ⁽²⁾	676.235	682.621	231.868	167.886
Energia de curto prazo - CCEE	64.998	66.536	237.014	1.662.022
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória nº 1.410	5.104.907	5.008.456	686.215	981.071
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	411.985	429.017	297.607	194.155
Energia de Reserva - ERR	-	-	274.053	72.170
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(560.052)	(749.283)
Total	22.858.114	23.246.737	5.572.308	7.508.994

⁽¹⁾ Informações fora do escopo dos auditores independentes.

⁽²⁾ Contempla valor de Resolução Normativa nº 1.585/2013.

31. Outros resultados - consolidado

	Consolidado	
	2022	2021
Outras Receitas:		
Ganhos na alienação/desativação	19.356	27.352
Receita com cessão de créditos ao FIDC ⁽¹⁾	-	57.181
Outras	1.910	6.398
Total	21.266	90.931
Outras Despesas:		
Perdas na alienação/desativação	(102.401)	(133.357)
Impostos sobre ganhos (PIS/COFINS/ICMS)	(18.906)	(18.174)
Efeitos oriundos a adesão ao REFIS ICMS Demanda ⁽²⁾	-	(89.350)
Outras	-	(12.157)
Total	(121.307)	(253.038)

⁽¹⁾ **Cessão de créditos inadimplidos para Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento:** em janeiro de 2021, as controladas da Companhia realizaram cessão de créditos inadimplidos para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) Nevasca, Planície e Névoa, os quais tem como cotista o Fundo de Investimento em Cotas (FIC - FIDC) com participação do Banco BTG Pactual e da controladora Energisa S/A A valoração dos créditos para a cessão a valor justo para os FIDC-NPs foi realizada conforme Laudo de Avaliação elaborado por consultores independentes. A metodologia adotada para a precificação dos créditos inadimplidos foi a do fluxo de caixa descontado, sendo que os valores nominais dos créditos foram ajustados conforme a recuperação estimada para cada um dos FIDC-NPs.

⁽²⁾ **Efeitos oriundos a adesão ao REFIS ICMS Demanda:** refere-se a provisão para perda no valor de R\$81.191 e perda efetiva de R\$8.159, conforme nota explicativa nº 7.

32. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	35.468	17.546	207.964	74.659
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	235.369	272.196
Atualização dos contratos de mútuo	52	26	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.386	1.825	11.760	8.653
Recuperação de crédito CDE/CCEE	-	-	1.168	6.915
Juros Selic s/ impostos a recuperar	2.956	1.195	20.066	10.203
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	-	-	97.856	41.483
Tributos sobre receita financeira - Pis e Cofins	(1.900)	(961)	(37.343)	(44.557)
Juros ativos	-	-	-	14.498
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	-	-	202.025	486.383
Outras receitas financeiras	3	81	27.071	43.571
	38.965	19.712	765.936	914.004
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas - Juros	(4.432)	(4.455)	(765.192)	(420.241)
(-) Transferências para ordens em curso	-	-	18.625	8.604
Variação monetária e cambial	-	-	(44.953)	(350.710)
Marcação a mercado da dívida	-	-	123.109	168.530
Marcação a mercado derivativos	-	-	(133.001)	(197.669)
Instrumentos Financeiros	-	-	(424.310)	250.031
Atualização dos contratos de mútuos	(28.906)	(38.041)	(29.521)	(38.287)
Ajuste a valor presente	(36.163)	(7.823)	(47.832)	(39.330)
Atualização PEE e P&D	-	-	(7.416)	(4.025)
Despesas com IOF	(3.807)	(3.382)	(3.754)	(5.924)
Atualização monetária de provisão para risco	-	-	6.487	(17.717)
Juros e multas	-	-	(6.109)	(50.976)
Juros de incorporação de redes	-	-	(90.760)	(34.495)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	-	-	(35.871)	(43.790)
Variações Monetárias	-	-	(7.791)	(8.447)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	-	-	(200.071)	(487.955)
Plano de saúde - Atuário	-	-	(16.809)	(16.252)
Correção monetária ICMS Demanda	-	-	-	(134.487)
Outras despesas financeiras	(63)	(244)	(24.445)	(33.209)
Total despesas financeiras	(73.371)	(53.945)	(1.689.614)	(1.456.349)
Despesas financeiras líquidas	(34.406)	(34.233)	(923.678)	(542.345)

33. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			2022	2021
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2023	90.000	2.370	1.917
Auto - Frota	23/10/2023	Até 1.110/veículo	520	354
Risco operacional	22/12/2023	90.000	3.829	3.043
Seguro de proteção de dados e responsabilidade Cibernética	25/08/2023	25.000	721	-
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2024	150.060	1.412	1.355
Transporte Nacional	04/04/2023	Até 5.000/viagem	81	87
Riscos Diversos (RD) Equipamentos	14/02/2024	10.000	593	-
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2024	75.000	204	194
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo - R.E.T.A (Drones)	12/01/2024	1.061/drone	21	13
			9.751	6.963

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício foram de R\$347.661 (R\$509.614 em 2021), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	2022		2021	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		932	932	8.183	8.183
Créditos com partes relacionadas		430	430	384	384
		1.362	1.362	8.567	8.567
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	311.725	311.725	206.582	206.582
		311.725	311.725	206.582	206.582
Passivos					
Custo amortizado:					
Fornecedores		185	185	166	166
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		303.567	303.567	267.427	267.427
Débitos com partes relacionadas		237.551	237.551	211.776	211.776
		541.303	541.303	479.369	479.369
...					

Consolidado					
	Nível	2022		2021 (reapresentado)	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		343.498	343.498	275.772	275.772
Clientes, consumidores e concessionárias		3.545.096	3.545.096	3.459.660	3.459.660
Títulos de créditos a receber		11.790	11.790	11.417	11.417
Ativos financeiros setoriais		741.087	741.087	1.600.864	1.600.864
		4.641.471	4.641.471	5.347.713	5.347.713
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.735.297	1.735.297	1.175.390	1.175.390
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	7.213.793	7.213.793	5.666.627	5.666.627
Instrumentos financeiros derivativos	2	571.279	571.279	899.183	899.183
		9.520.369	9.520.369	7.741.200	7.741.200
Passivos					
Custo amortizado:					
Fornecedores		1.115.390	1.115.390	1.474.168	1.474.168

Consolidado					
	Nível	2022		2021 (reapresentado)	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		11.083.717	11.109.487	9.906.893	9.926.383
Débitos com partes relacionadas		242.613	242.613	216.239	216.239
Parcelamento de impostos		4.632	4.632	22.365	22.365
Passivos financeiros setoriais		745.714	745.714	733.935	733.935
Arrendamentos operacionais		7.771	7.771	12.975	12.975
		12.199.837	13.225.607	12.366.575	12.386.065
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	356.198	356.198	219.058	219.058
		356.198	356.198	219.058	219.058

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como “hedge accounting”. Em 31 de dezembro de 2022 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia documentou: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$96.508 (R\$151.625 em 2021) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas, para as quais possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2022 tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$26.601 (R\$16.905 em 2021) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na website da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visam identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	Consolidado	
	2022	2021 (reapresentado)
Dívida ⁽¹⁾	11.083.717	9.906.893
Partes Relacionadas ⁽²⁾	242.613	216.239
Caixa e equivalentes de caixa	(343.498)	(275.772)
Dívida líquida	10.982.832	9.847.360
Patrimônio líquido ⁽³⁾	3.850.558	3.431.433
Índice de endividamento líquido	2,85	2,87

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 20 e nº 21.

⁽²⁾ Conforme detalhamento na nota explicativa nº 12.

⁽³⁾ O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados até os vencimentos contratuais e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		185	-	-	-	-	185
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	1,00%	-	4.320	10.739	8.912	227.608	251.579
Total		185	4.320	10.739	8.912	227.608	251.764

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.044.313	-	-	-	71.077	1.115.390
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	9,78%	1.135.137	1.637.170	5.772.362	1.675.738	4.795.746	15.016.153
Instrumentos Financeiros Derivativos		186.905	95.865	(227.636)	(30.690)	(239.525)	(215.081)
Total		2.366.355	1.733.035	5.544.726	1.645.048	4.627.298	15.916.462

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pelas distribuidoras de energia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição dessas controladas quanto a variação no custo da energia.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Energisa S/A tem a função de supervisionar se a Administração do Grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica controladas, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021 (reapresentado)
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	7.1	932	8.183	343.498	275.772
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	7.2	311.725	206.582	1.735.297	1.175.390
Clientes, consumidores e concessionárias.	8	-	-	3.545.096	3.459.660
Títulos de créditos a receber		-	-	11.790	11.417
Ativo financeiro setorial	11	-	-	741.087	1.600.864
Ativo financeiro indenizável da concessão	15	-	-	7.213.793	5.666.627
Instrumentos financeiros derivativos	35	-	-	571.279	899.183
Créditos com partes relacionadas	13	430	384	-	-

Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 20, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com queda de 6,50% sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R\$5,2177/ USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2022 era de 16,00%, enquanto em 31 de dezembro de 2021 foi de 10,79%. A taxa de câmbio do euro encerrou o período findo em 31 de dezembro de 2022 com queda de 11,89% sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R\$5,5694/Euro. A volatilidade do Euro era de 16,93% em 31 de dezembro de 2022.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2022, excluídos os efeitos dos custos com captação, de R\$11.140.357 (R\$9.958.750 em 2021), cerca de R\$2.792.938 (R\$2.092.332 em 2021) estão representados em moedas estrangeiras conforme notas explicativas nº 20 e nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em moeda estrangeira têm custos e vencimentos conforme apresentado na nota explicativa nº20.

O balanço patrimonial consolidado apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Consolidado	
	2022	2021
Ativo circulante	64.870	350.344
Ativo não circulante	506.409	548.839
Total do ativo	571.279	899.183
Passivo circulante	347.640	219.058
Passivo não circulante	8.558	0
Total do passivo	356.198	219.058

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ETO					
Resolução 4131 - BOFA	15.372	USD + 2,1529%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 - Citibank	11.598	(LIBOR + 0,60%) x 117,647%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	23.432	USD + 1,4200%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	45.875	USD + 2,00%	CDI + 1,50%	01/09/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	20.000	(LIBOR + 1,18%) x 117,647%	CDI + 1,63%	28/08/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	24.876	EUR + 1,7459%	CDI + 1,60%	14/02/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - J.P. Morgan	58.525	USD + 3,5765%	CDI + 1,55%	18/03/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	20.619	(SOFR + 1,00%) x 117,647%	CDI + 1,40%	25/03/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Santander	17.682	USD + 3,20%	CDI + 1,60%	27/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.201	USD + 6,1785%	CDI + 1,40%	21/10/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - J.P. Morgan	30.000	USD + 7,5412%	CDI + 1,30%	16/11/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	38.351	USD + 6.6706%	CDI + 1,45%	05/12/2024	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Citibank	27.053	(LIBOR + 1,16%) x 117,647%	CDI + 1,75%	29/07/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Merrill Lynch	11.310	EUR + 1,8788%	CDI + 1,60%	21/03/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	30.928	(SOFR + 1,00%) x 117,647%	CDI + 1,40%	25/03/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	28.744	USD + 5,2655%	CDI + 1,45%	15/12/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America	15.372	USD + 2,1529%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
ESS					
Resolução 4131 - Merrill Lynch	26.675	EUR + 0,8538%	CDI + 0,95%	17/01/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	24.635	USD + 2,33%	CDI + 1,60%	17/12/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 6,1785%	CDI + 1,40%	21/10/2025	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
EMT					
Itaú BBA x EMT	73.494	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMT	1.965	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMT	3.657	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú x EMT	385.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMT	73.311	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,78%	15/04/2024	N.A
Bank of America x EMT	64.107	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	15/10/2026	N.A
Itaú x EMT	181.887	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	N.A
BR Partners x EMT	350.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,80%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners x EMT	164.437	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,717%	15/04/2029	Fair Value Hedge

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
BR Partners x EMT	95.563	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,880%	15/04/2032	Fair Value Hedge
ETO					
Itaú BBA x ETO	35.696	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ETO	1.775	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ETO	3.304	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú x ETO	240.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ETO	55.648	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
Bank of America x ETO	7.339	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N.A
J.P. Morgan x ETO	82.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/1931	Fair Value Hedge
BR Partners x ETO	55.689	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,717%	15/04/2029	Fair Value Hedge
BR Partners x ETO	34.311	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,880%	15/10/2032	Fair Value Hedge
ESS					
Itaú BBA x ESS	22.121	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ESS	16.511	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ESS	1.599	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ESS	2.977	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú x ESS	70.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ESS	55.648	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
Bank of America x ESS	7.339	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N.A
BR Partners x ESS	81.000	IPCA + 6,0996%	CDI + 0,814%	15/01/2032	Fair Value Hedge
EMS					
J.P. Morgan x EMS	2.006	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMS	3.733	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú x EMS	155.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMS	69.586	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
Bank of America x EMS	9.163	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N.A
Itaú x EMS	148.501	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	N.A
J.P. Morgan x EMS	320.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,85%	15/10/2031	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores foram contabilizados como “*fair value option*”, vigentes em 31 de dezembro de 2022:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor Justo	
	2022	2021		2022	2021
Dívida designada para “Fair Value Option”	2.782.779	1.702.569	Taxa Pré-Fixada	(2.748.762)	(2.092.394)
			Posição ativa: Taxa Pré-Fixada	2.796.770	2.092.394
Swap Cambial (derivativo)	2.782.779	1.702.569	Posição passiva: Taxa de Juros CDI	(2.841.698)	(1.716.908)
			Posição Líquida Swap	(44.928)	375.486
			Posição Líquida Dívida + Swap	(2.793.690)	(1.716.908)

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “*hedge*” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “*hedge*” de valor justo, (“*fair value hedge*”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor Justo	
	2022	2021		2022	2021
Dívida (Objeto de Hedge) ⁽¹⁾	2.874.366	2.647.478	Taxa Pré-fixada	(2.516.282)	(2.311.954)
Swap de Juros (Instrumentos de Hedge)	2.874.366	2.647.478	Posição ativa: Taxa Pré-Fixada	3.235.184	3.003.715
			Posição passiva: Taxa de Juros CDI	(2.975.175)	(2.699.076)
			Posição Líquida Swap	260.009	304.639
			Posição Líquida Dívida + Swap	(2.256.273)	(2.007.315)

⁽¹⁾ Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 20 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de moedas estrangeiras também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2022, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e EURO	(2.782.779)		(2.386.603)	(2.986.076)	(3.586.090)
Variação Dívida	-		396.176	(203.297)	(803.311)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e EURO	2.796.770	Alta Câmbio	2.400.594	3.000.067	3.600.081
Variação - USD e EURO	-		(396.176)	203.297	803.311
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(2.841.698)		(2.841.698)	(2.841.698)	(2.841.698)
Subtotal	(44.928)		(441.104)	158.369	758.383

Total Líquido	(2.827.707)	(2.827.707)	(2.827.707)	(2.827.707)
----------------------	--------------------	--------------------	--------------------	--------------------

(1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2022 atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$2.827.707 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos; dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente negativo de R\$2.827.707 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros em 31 de dezembro de 2022, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(2.874.366)		(2.874.366)	(2.874.366)	(2.874.366)
Variação Dívida					
Swap de Juros		Alta CDI			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	3.235.184		3.235.184	3.235.184	3.235.184
Variação - Taxa de Juros					
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(2.975.175)		(2.975.175)	(3.227.889)	(3.476.921)
Variação - CDI				(252.714)	(501.746)
Subtotal	260.009		260.009	7.295	(241.737)
Total Líquido	(2.614.357)		(2.614.357)	(2.867.071)	(3.116.103)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2022 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.903.094	Alta CDI	233.129	291.411	349.694
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(2.841.698)	Alta CDI	(348.108)	(435.135)	(522.162)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.527.771)	Alta CDI	(432.152)	(540.190)	(648.228)
	(3.828.832)	Alta IPCA	(221.306)	(276.633)	(331.959)
	(35.037)	Alta INPC	(2.078)	(2.598)	(3.117)
	(646.337)	Alta TR	(10.535)	(13.169)	(15.803)
Subtotal ⁽²⁾	(10.879.675)		(1.014.179)	(1.267.725)	(1.521.269)
Total - perdas	(8.976.581)		(781.050)	(976.314)	(1.171.575)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2023 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2022, TR 1,63% ao ano, INPC 5,93% ao ano e IPCA 5,78% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$260.682.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, antecipando para futuras necessidades de caixa.

35. Benefícios pós emprego - consolidado

Composição dos saldos do déficit atuarial dos planos de aposentadoria e pensão, prêmio/gratificação aposentadoria e plano de saúde:

	Consolidado							
	Plano de Pensão		Plano de Saúde		Prêmio Aposentadoria		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
EMT	1.362	9.578	104.384	97.443	-	-	105.746	107.021
ETO	-	1.778	17.407	14.816	644	587	18.051	17.181
ESS	-	6.240	28.548	32.747	-	-	28.548	38.987
EMS	-	-	4.526	22.240	-	-	4.526	22.240
Plano de saúde - outros	-	-	8	19	-	-	8	19
Contrato Migração - Plano CD	28.483	16.354	-	-	-	-	28.483	16.354
Contrato de equacionamento do déficit	6.554	2.731	-	-	-	-	6.554	2.731
Total	36.399	36.681	154.873	167.265	644	587	191.916	204.533
Circulante	606	2.085	20.495	19.054	63	49	21.164	21.188
Não circulante	35.793	34.596	134.378	148.211	581	538	170.752	183.345
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	35.037	19.085	-	-	-	-	35.037	19.095
Benefícios pós-emprego	1.362	17.596	154.873	167.265	644	587	156.879	185.448

35.1. Plano de Aposentadoria e Pensão

As controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades benefício definido, contribuição variável, plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A controladas patrocinam, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

O plano de benefício definido I e o plano de contribuição variável II mantidos pela EMS eram administrados até agosto de 2018 pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência complementar autorizada a funcionar pela Portaria MPAS/GM nº 4.442, de 14.04.89 nos termos da Lei nº 6.435/77 e do Decreto nº 81.240/78, incorporada naquela data, mediante Portaria Autorizativa PREVIC nº 277 de 02/04/2018, pela EnergisaPrev.

A contribuição das controladas patrocinadoras para os planos de benefícios previdenciários durante o exercício de 2022 foi de R\$16.947 (R\$13.524 em 2021). Os planos de benefício patrocinados pela controladas são como segue:

EMS

Plano de Benefícios I:

Instituído em 18/7/1989, encontra-se em extinção desde 10/5/2002, data em que foi fechada a adesão de novos participantes. São assegurados os seguintes benefícios suplementares:

- Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Complementação de aposentadoria especial;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de pensão por morte; e
- Complementação de abono anual.

O plano está estruturado na modalidade de Benefício Definido e é custeado pelos assistidos.

Plano de Benefícios II:

Instituído em 1/5/2002, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável. Assegura os seguintes benefícios:

- Aposentadoria normal ou antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte de ativo; e
- Pensão por morte de aposentado.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida operacionalizado em cotas patrimoniais.

Quando da concessão, o benefício é pago sob a forma de renda mensal determinada por um fator atuarial sobre o saldo de conta aplicável existente na data do cálculo. O saldo de conta aplicável corresponde ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A renda mensal, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

Para os participantes que fizeram a migração do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios II e que efetuaram a contribuição inicial, o benefício de Renda Mensal tem uma garantia mínima na modalidade de Benefício Definido. O custeio é efetuado pelos participantes e pela patrocinadora.

EMT, ETO e ESS

Plano de Benefícios Elétricas BD-I:

Instituído em 1 de agosto de 1986, encontra-se em extinção desde 31 de dezembro de 1998, quando foi fechada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pelas Patrocinadoras.

EMT, ETO, ESS e EMS

Plano de Benefícios Elétricas-R:

Instituído em 12 de janeiro de 2007, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de benefício definido. Assegura os seguintes benefícios:

Suplementação da aposentadoria por invalidez;
 Suplementação do auxílio-doença;
 Suplementação da pensão por morte; e
 Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento da Deliberação CVM 695/2012, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais das despesas com contribuições, dos custos e do ativo do Plano de Benefícios-R, por empresa patrocinadora.

EMT, ETO e ESS

Plano de Benefícios Elétricas-OP e CEMAT-OP:

Instituído em 1º de janeiro de 1999, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, podendo o Participante optar por Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, esta última vinculada ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do Participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente uma vez por ano, sendo nessa fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos Participantes (90%) e pela Patrocinadora (10%).

EMT, ETO, ESS e EMS

Plano Energisa Sudeste

É um plano de contribuição variável, e o ingresso de novos participantes foi vedado quando da aprovação pela PREVIC do novo regulamento proposto pelo Conselho Deliberativo em 08 de novembro de 2019.

EMT, ETO, ESS, EMS e Multi Energisa

Plano Energisa CD:

O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora. Dessa forma, planos nessa modalidade, não estão sujeitos à avaliação atuarial no âmbito do CPC 33.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a composição de participantes e beneficiários do plano é como segue:

Patrocinadora	2022					2021				
	EMT	E M S	ETO	ESS	Multi	EMT	E M S	ETO	ESS	Multi
Ativos	2.012	1.089	1.359	884	3	1.826	1.030	1.098	765	-
Autopatrocina	4	7	-	3	-	5	4	1	1	-
BPD	23	23	15	12	-	17	12	11	8	-
Assistidos	455	256	38	222	-	299	225	25	115	-
Total	2.494	1.375	1.412	1.121	3	2.147	1.271	1.135	889	-

Migração entre planos das controladas

Em 2022, 2021 e 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos patrocinados pelas controladas, EMT, ETO, ESS e EMS para o Plano Energisa CD. Esse processo foi autorizado pelo regulador PREVIC, através da Portaria 467, de 02 de julho de 2020. A migração aconteceu em quatro tranches, sendo elas em dezembro/2020, julho/2021, novembro/2021 e julho/2022. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano:

Patrocinadora	Plano	1º Tranche		2º Tranche		3º Tranche		4º Tranche		ACUMULADO	
		Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
EMT	Cemat BD	0%	31%	0%	7%	0%	7%	0%	40%	0%	85%
EMT	Cemat OP	0%	51%	0%	3%	0%	6%	0%	20%	0%	79%
EMT	Cemat OP + R	56%	0%	23%	0%	13%	0%	3%	0%	95%	0%
EMT	Plano R	33%	24%	0%	11%	0%	6%	0%	25%	33%	67%

ETO	Elétricas BD	100%	26%	0%	3%	0%	0%	0%	16%	100%	45%
ETO	Elétricas OP	0%	52%	0%	10%	0%	0%	0%	10%	0%	71%
ETO	Elétricas OP + R	41%	0%	21%	0%	16%	0%	11%	0%	89%	0%
ETO	Plano R	0%	20%	0%	0%	0%	0%	0%	10%	0%	30%
ESS	Elétricas BD	100%	15%	0%	3%	0%	3%	0%	33%	100%	55%
ESS	Elétricas OP	0%	62%	0%	3%	0%	0%	0%	14%	0%	79%
ESS	Elétricas OP + R	68%	0%	18%	0%	8%	0%	2%	0%	96%	0%
ESS	Plano R	0%	42%	0%	0%	0%	0%	0%	8%	0%	50%
EMS	Plano I	0%	41%	100%	8%	0%	0%	0%	8%	100%	56%
EMS	Plano II	72%	43%	21%	16%	4%	3%	1%	2%	98%	64%
EMS	Elétricas OP + R	76%	0%	19%	0%	1%	0%	1%	0%	98%	0%

Situação financeira dos planos de benefícios definido- avaliação atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 2022, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

Número de participantes/beneficiários:

	2022		2021	
	BD-I, OP e R	PLANO I, II e III	BD-I, OP e R	PLANO I, II e III
Número Ativos	163	20	352	29
Número Aposentados	147	102	296	119
Número Beneficiários Pensionistas	130	68	205	77

Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	2022				
	BD-I	OP	Plano R	Plano I	Plano II
I - Premissas Biométricas					
Tábua de Mortalidade Geral ⁽¹⁾	BR-EMS 2015				
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Frac)	Não Aplicável	LIGHT (Frac)	Não Aplicável	Não Aplicável
Tábua de Mortalidade de Inválidos ⁽¹⁾	MI-85	MI-85	MI-85	MI-85	MI-85
Composição Familiar (Ativos)	Família Média Padrão	Não aplicável	Família Média Padrão	Não aplicável	Família Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real				
II - Variáveis Econômicas					
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	(*)	(*)	(*)	6,26%	6,26%
Expectativa de Inflação Futura	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	(*)%	(*)	(*)	11,57%	11,57%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Taxa de Crescimento Real de Salários	(**)	(**)	(**)	Não aplicável	Nula
Taxa de Rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
III - Regime Financeiro de Capitalização					
	Crédito Unitário Projetado				

	2021				
	BD-I	OP	Plano R	Plano I	Plano II
I - Premissas Biométricas					
Tábua de Mortalidade Geral ⁽¹⁾	BR-EMS 2015				
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Frac)	Não Aplicável)	LIGHT (Frac)	Não Aplicável	Não Aplicável
Tábua de Mortalidade de Inválidos ⁽¹⁾	MI-85	MI-85	MI-85	MI-85	MI-85
Composição Familiar (Ativos)	Família Média Padrão	Não aplicável	Família Média Padrão	Não aplicável	Família Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real				
II - Variáveis Econômicas					
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	5,31%	5,31%	5,31%	5,31%	5,31%
Expectativa de Inflação Futura ⁽²⁾	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	10,05%	10,05%	10,05%	10,05%	10,05%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Taxa de Crescimento Real de Salários	(**)	7,51%	(**)	Não aplicável	Nula
Taxa de Rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	Nula	Nula
III - Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado				

⁽¹⁾ Tábuas específicas por sexo

⁽²⁾ Relatório de Boletim FOCUS.

(*) As Taxas Reais de Desconto da Obrigação Atuarial entre empresas com o mesmo plano podem ter percentuais diferentes. Em 2022 os percentuais da taxa de crescimento real de salários do Plano BD-I foram de 6,17% e 6,26% (5,31% em 2021), do Plano OP foram de 6,12% e 6,26% (5,31% em 2021). Em 2022 os percentuais da taxa de crescimento real de salários do Plano BD-I foram de 2,82% e 8,02% e do Plano R foram de 6,17% e 6,26% (5,31% em 2021).

(**) As Taxas de Rendimento Esperado dos Ativos entre empresas com o mesmo plano podem ter percentuais diferentes. Em 2022 os percentuais da taxa de rendimento dos ativos do Plano BD-I foram de 11,48% e 11,57% (10,05% e 7,51% em 2021) e a do Plano R foram de 11,48% e 11,57% (10,05% e 6,31% em 2021).

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1).

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Conciliação da posição dos planos

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão das controladas:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	2022					2021				
	EMT	E M S	ETO	ESS	TOTAL	EMT	E M S	ETO	ESS	TOTAL
	BD-I, OP e R	Plano I, Plano II e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R		BD-I, OP e R	Plano I, Plano II e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	
Valor justo dos ativos em 2021 e 2020	97.927	94.493	7.248	62.543	262.211	140.088	153.135	7.149	76.126	376.498
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(1.279)	(1.412)	692	(1.925)	(3.924)	(25.941)	(34.862)	(557)	(8.149)	(69.509)
Retorno esperado dos ativos do plano	9.457	9.169	705	6.022	25.353	8.609	9.082	467	4.657	22.815
Contribuições do empregador	740	6	227	143	1.116	602	205	165	128	1.100
Contribuições dos participantes do plano	245	-	14	180	439	498	-	16	220	734
Benefícios pagos	(6.676)	(7.006)	(657)	(4.094)	(18.433)	(9.038)	(7.534)	(484)	(5.480)	(22.536)
Custo do serviço passado	(63.350)	(10.785)	(3.342)	(31.849)	(109.326)	(16.891)	(25.533)	492	(4.959)	(46.891)
Valor justo dos ativos em 2022 e 2021	37.064	84.465	4.887	31.020	157.436	97.927	94.493	7.248	62.543	262.211

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	2022					2021				
	EMT	E M S	ETO	ESS	TOTAL	EMT	E M S	ETO	ESS	TOTAL
	BD-I, OP e R	Plano I, Plano II e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R		BD-I, OP e R	Plano I, Plano II e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	
Valor presente das obrigações em 2021 e 2020	105.069	84.935	9.095	69.256	268.355	152.495	118.817	10.534	90.842	372.688
Custo do serviço corrente	14	6	21	7	48	111	1	88	35	235
Custo dos juros	10.175	8.208	890	6.695	25.968	9.364	6.997	672	5.571	22.604
Contribuições de participantes	245	-	14	180	439	498	-	16	220	734
(Ganhos)/Perdas atuariais	(5.123)	(6.246)	246	(3.413)	(14.536)	(34.770)	(11.262)	(3.054)	(18.679)	(67.765)
Benefícios pagos	(6.676)	(7.006)	(657)	(4.094)	(18.433)	(9.038)	(7.535)	(484)	(5.480)	(22.537)
Custo do serviço passado	(67.803)	(8.881)	(3.757)	(36.993)	(117.434)	(13.591)	(22.083)	1.323	(3.253)	(37.604)
Valor presente das obrigações em 2022 e 2021	35.901	71.016	5.852	31.638	144.407	105.069	84.935	9.095	69.256	268.355

Posição Líquida dos planos	2022					2021				
	EMT	EMS	ETO	ESS	TOTAL	EMT	EMS	ETO	ESS	TOTAL
	BD-I, OP e R	Plano I, Plano II e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R		BD-I, OP e R	Plano I, Plano II e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	
Valor justo dos ativos	37.064	84.465	4.887	31.020	157.436	97.927	94.493	7.248	62.543	262.211
Valor presente das obrigações	(35.901)	(71.016)	(5.852)	(31.638)	(144.407)	(105.069)	(84.935)	(9.095)	(69.256)	(268.355)
Posição Líquida	1.163	13.449	(965)	(618)	13.029	(7.142)	9.558	(1.847)	(6.713)	(6.144)
Limite do Ativo	(4.232)	(13.449)	(2)	(446)	(18.129)	(4.625)	(9.558)	-	-	(14.183)
Déficit/Superávit passível de reconhecimento	(3.069)	-	(967)	(1.064)	(5.100)	(11.767)	-	(1.847)	(6.713)	(20.327)

Valor líquido reconhecido nas demonstrações financeiras das controladas.

Movimentação dos Saldos	2022	2021	
Posição líquida em 2021 e 2020		20.327	40.290
Efeito em outros resultados abrangentes (ORA)		(7.464)	(26.742)
Juros sobre teto do ativo		-	(20)
Contribuição do empregador		(1.110)	(896)
Impacto decorrente de redução no plano (encurtamento/curtailment)		3.793	17.831
Transferência de dívida entre planos (BD-CD)		(12.530)	(12.861)
Efeito no resultado do exercício		2.084	2.725
Posição líquida em 2022 e 2021 ⁽¹⁾		5.100	20.327
Circulante		606	2.085
Não Circulante		4.494	18.242

(1) O saldo dos contratos de dívidas firmados para cobertura dos déficits contratados, apresentados na nota explicativa nº20, é superior ao valor líquido do passivo de benefício definido - déficit, nas controladas EMS, ETO e ESS, portanto, em 2022 não há saldo na rubrica de benefício pós emprego - previdência para essas controladas.

Demonstração das despesas para o exercício de 2023 segundo os critérios do CPC 33 (R1):

	2023
Custo do Serviço Corrente	14
Custo dos juros	4.777
Retorno dos Ativos do Plano	(4.185)
Total da despesa a ser reconhecida	606

O método da unidade de crédito projetada considera cada de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos:

	2022				2021			
	BD-I	OP	Plano I e II	R	BD-I	OP	Plano I e II	R
Investimentos:								
Títulos públicos	68,41%	52,92%	83,29%	67,48%	70,66%	70,12%	80,10%	73,09%
Créditos privados e depósitos	4,08%	3,82%	8,95%	2,47%	6,54%	5,56%	8,67%	4,43%
Fundos de investimento	26,98%	41,09%	7,21%	28,72%	20,63%	18,44%	8,94%	21,13%
Investimento imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,74%	3,35%	0,00%	0,00%
Empréstimos e financiamentos	0,53%	2,17%	0,33%	1,33%	0,37%	2,42%	0,64%	1,30%
Outros	0,00%	0,00%	0,22%	0,00%	0,07%	0,12%	1,66%	0,05%
Total	100,00%							

Análise de Sensibilidade:

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

Empresas	Plano Beneficiário	2022		
		Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%
EMT	BD-I	2.811	2.858	2.766
EMT	OP	19.818	20.148	19.497
EMT	R	13.271	13.547	13.056
ESS	BD-I	19.754	19.952	19.560
ESS	OP	8.294	8.432	8.159
ESS	R	3.590	3.664	3.532
ETO	BD-I	1.628	1.645	1.612
ETO	OP	35	36	34
ETO	R	4.188	4.275	4.120
EMS	Plano I	40.470	41.458	39.519
EMS	Plano II	27.160	27.808	26.535

2021				
Empresas	Plano Beneficiário	Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%
EMT	BD-I	26.412	26.859	25.976
EMT	OP	49.733	50.576	49.912
EMT	R	28.924	29.539	28.446
ESS	BD-I	41.341	41.759	40.929
ESS	OP	24.102	24.511	23.704
ESS	R	3.813	3.894	3.750
ETO	BD-I	3.951	3.990	3.911
ETO	OP	40	41	39
ETO	R	5.104	5.213	5.020
EMS	Plano I	50.329	51.593	49.112
EMS	Plano II	29.107	29.838	28.403

Plano de benefícios e contribuições definidas

As controladas possuem plano de contribuições definidas, conforme segue:

Empresas	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/folha de pagamento	Superávit (Déficit) atuarial	
		2022	2021		2022	2021
EMT	BD/CV	210	-	0,12%	3.069	11.767
EMT	CD	5.763	4.707	3,32%	-	-
EMS	BD	289	108	0,28%	-	-
EMS	CD	3.845	3.422	3,66%	-	-
ETO	BD	234	351	0,26%	967	1.847
ETO	CD	3.978	2.681	4,37%	-	-
ESS	BD	68	140	0,10%	1.064	6.713
ESS	CD	2.560	2.115	3,89%	-	-

35.2. Prêmio e Gratificação de aposentadoria

A controlada ETO, em Acordo Coletivo de Trabalho, concede aos seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

Na controlada ETO a gratificação varia de 2,0 a 5,5 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os colaboradores admitidos após 1º de maio de 1997, não terão direito à essa gratificação.

Reconciliação	2022	2021
Posição líquida em 2021 e 2020	587	597
Efeito em ORA	51	40
Benefícios pagos	(43)	(83)
Efeito no resultado do exercício	49	33
Posição líquida em 2022 e 2021	644	587
Circulante	63	49
Não Circulante	581	538

Demonstração das despesas para os exercícios de 2023, segundo critérios do CPC33 (R1) (IAS 19):

	2023
Custo do serviço corrente	10
Custos dos juros	53
Total da despesa a ser reconhecida	<u>63</u>

35.3. Plano de saúde

As controladas mantêm benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

- Pós pagamento: As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.
- Pré pagamento: As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado

No exercício de 2022 as controladas procederam o cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego (Despesas de assistência médica-hospitalar), tendo apurado o montante de R\$154.872 (R\$167.265 em 2021), dos quais R\$2.961 (R\$6.355 em 2021) foi registrado na rubrica benefício pós emprego - despesa de pessoal, R\$16.809 (R\$16.252 em 2021) em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além, R\$31.446 (R\$90.454 em 2021) referente aos ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido.

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 2022 as despesas com o plano de saúde foram de R\$65.397 (R\$56.961 em 2021) no consolidado. Inclui R\$2.245 (R\$6.355 em 2021) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

A seguir demonstramos a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço do exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2022	2021
Valor presente das obrigações no início do exercício	167.265	235.112
Custo do serviço corrente	2.245	6.355
Custos dos juros	16.809	16.252
(Ganhos)/Perdas atuariais -ORA	(31.446)	(90.454)
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	<u>154.873</u>	<u>167.265</u>
Circulante	20.495	19.054
Não Circulante	134.378	148.211

Demonstração das despesas para o exercício de 2023, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	2023
Custo do serviço corrente	2.573
Custos dos juros	17.922
Total da despesa a ser reconhecida	<u>20.495</u>

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2022					2021				
	UNIMED CUIABÁ	UNIMED NACIONAL	SUL AMERICA	HAPVIDA	SÃO FRANCISCO	UNIMED CUIABÁ	CNU	SUL AMERICA	HAPVIDA	SÃO FRANCISCO
IVARIÁVEIS ECONOMICAS										
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	6,26%	6,26%	6,26%	6,26%	6,26%	5,31%	5,31%	5,31%	5,31%	5,31%
Expectativa de Inflação Futura	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,57%	11,57%	11,57%	11,57%	11,57%	10,05%	10,05%	10,05%	10,05%	10,05%
Taxa de Crescimento de Benefícios	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	8,68%	8,68%	8,68%	8,68%	8,68%
Taxa de Rotatividade	9,50%	(*)	(*)	28,00%	28,00%	9,50%	(*)	(**)	28,00%	28,00%
Permanência no Plano na aposentadoria	90,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	90,00%	90,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator Envelhecimento	Nulo	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	Nulo	Nulo	Nulo	3,00%	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS										
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2015									
Tábua de Inválidos	M-85 por sexo									
Entradas de Invalidez	LIGHT (Frac)									
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado									

(*) As taxas de rotatividade entre empresas com o mesmo plano podem ter taxas diferentes. Em 2022 e 2021 as taxas de rotatividade do Plano de Saúde "CNU" tiveram as seguintes taxas: Em 2022 8,5%, 9,5%, 10% e 28% (8,5%, 9,5%, 10% e 28% em 2021)

(**) As taxas de rotatividade entre empresas com o mesmo plano podem ter taxas diferentes. Em 2022 e 2021 as taxas de rotatividade do Plano de Saúde "Sul America" tiveram as seguintes taxas: em 2022 8,5%, 9,5% e 10% (8,5%, 9,5% e 10% em 2021).

36. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

	2022	2021 (reapresentado)
Numerador		
Lucro líquido do exercício - controladora	1.486.267	1.367.042
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	2.110.323	2.110.323
Lucro líquido básico por ação em Reais - R\$⁽¹⁾	0,70	0,65
Lucro líquido do exercício - consolidado	2.036.123	1.831.869
Resultado da operação continuada		
Acionistas da controladora	1.486.267	1.367.042

(1) A Companhia não possui instrumento diluidor

37. Compromissos - consolidado

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de compra de energia ⁽¹⁾					
	Vigência	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2023 a 2055	879.248	865.787	821.481	798.054	8.567.292
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2023 a 2055	2.480.494	2.527.665	2.395.774	2.384.780	24.716.680
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2023 a 2055	512.029	501.894	502.799	480.490	6.801.851
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2023 a 2055	1.260.702	1.241.457	1.249.081	1.202.399	14.751.505
		5.132.473	5.136.803	4.969.135	4.865.723	54.837.328

⁽¹⁾ Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfra e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram homologados pela ANEEL.

38. Meio ambiente (*)

A Companhia e suas controladas tratam os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente.

No exercício findo de 2022, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$190.688 (R\$169.067 em 2021), sendo R\$105.523 (R\$134.458 em 2021) alocados no ativo imobilizado ou intangível e R\$85.165 (R\$34.609 em 2021) despesas operacionais, no consolidado.

(*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

39. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2022	2021
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - bifurcação de Ativos	1.219.775	614.455
Ativo financeiro indenizável da concessão - valor justo ativo indenizável	347.661	509.614
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	84.881	67.839
Incorporação de redes	187.626	51.975
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	-	(5.022)
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	84.881	67.839
Incorporação de redes	187.626	51.975
Intangível - CPC 06 (R2)	-	(5.022)

40. Eventos subsequentes

40.1. Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as controladas distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde a serem aplicadas para os meses de janeiro a março de 2023, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

40.2. Retirada de patrocínio de planos de previdências

Em 31 de janeiro de 2023 as controladas distribuidoras de energia elétrica ETO, EMT, EMS e ESS solicitaram à Fundação Energisa de Previdência - EnergisaPrev a retirada de patrocínio dos planos de benefício, Elétricas BD, Elétrica OP, Plano R, Plano I e Plano II, em face ao reduzido número de participantes remanescentes nesses planos, após os movimentos de migração concluídos em 2022, tornando-os inviáveis em termos de custeio administrativo.

40.3. Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia e suas controladas não identificaram casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

40.4. Empréstimos contratados - Controlada EMT

Em 30 de janeiro 2023 a controlada Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A., captou junto ao Banco Citibank S/A a importância de R\$300.000, correspondente a USD58.823 dólares americanos, com remuneração de SOFR + 0,80% ao ano, com vencimento em 30 de janeiro de 2026. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,50% ao ano, retirando o risco cambial da operação.

Em 09 de março 2023 a controlada Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A., captou junto ao Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo a importância de R\$230.000, correspondente a USD44.264 dólares americanos, com remuneração de 5,365 ao ano, com vencimento em 09 de março de 2026. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,57% ao ano, retirando o risco cambial da operação

40.5. Emissão de Debêntures - Controladas EMS, ETO e ESS

1. Em 15 de fevereiro de 2023 a controlada Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A efetuou a 18ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$200.000 em serie única, com vencimento em 15 de fevereiro de 2025 e remuneração de CDI mais 1,40% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 06 de março de 2023 e foram destinados à gestão ordinária dos negócios da controlada.
2. Em 15 de fevereiro de 2023 a controlada Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A efetuou a 9ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$200.000 em serie única, com vencimento em 15 de fevereiro de 2025 e remuneração de CDI mais 1,40% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 06 de março de 2023 e foram destinados à gestão ordinária dos negócios da controlada.
3. Em 15 de fevereiro de 2023 a controlada Energisa Sul Sudeste Distribuidora de Energia S/A efetuou a 9ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$150.000 em serie única, com vencimento em 15 de fevereiro de 2026 e remuneração de CDI mais 1,50% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 06 de março de 2023 e foram destinados à gestão ordinária dos negócios da controlada.

40.6. Dividendos do exercício de 2022 - controladora

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2022, no montante de R\$452.657, equivalentes a R\$0,214496510620872 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados no dia 30 de março de 2022, com base na posição acionária da Companhia em 21 de março de 2023.

40.7. Dividendos do exercício de 2022 - controladas

A Administração das controladas aprovou, em 15 e 16 março de 2023, a distribuição de dividendos adicionais propostos a conta do lucro do exercício de 2022 conforme demonstrado a seguir:

Controladas	Valor dividendos	Valor por ação (R\$)	Data pagamento
EMT	366.689	1,67481657650797 ON e PN	Em 29/03/2023
EMS	194.448	300,528167567047 ON	A partir de 16/03/2023
ETO	50.731	77,8550183927632 ON e PN	A partir de 17/03/2023
ESS	13.090	134,805192664121 ON	A partir de 17/03/2023

--- * ---